Porosidades e resistências ou fabricação de consenso?

Uma análise da luta dos movimentos sociais no contexto da financeirização das cidades no Brasil

Gamboa – Salvador | BA – Foto de Antonello Veneri

TRABALHO DE GRADUAÇÃO - EESC | USP

Caio Oliveira e Marinho

Orientação: Profª. Assoc. Cibele Saliba Rizek

São Carlos | 2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
ENGENHARIA AMBIENTAL

POROSIDADES E RESISTÊNCIAS OU FABRICAÇÃO DE CONSENSO?

UMA ANÁLISE DA LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA FINANCEIRIZAÇÃO DAS CIDADES NO BRASIL

Aluno: Caio Oliveira e Marinho

Orientadora: Profª. Assoc. Cibele Saliba Rizek

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Ambiental, da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Engenheiro Ambiental.

VERSÃO CORRIGIDA

São Carlos
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Oliveira e Marinho, Caio
O48p Porosidades e resistências ou fabricação de consenso? Uma análise da luta dos movimentos sociais no contexto da financeirização das cidades no Brasil / Caio Oliveira e Marinho; orientadora Cibele Saliba Rizek. São Carlos, 2017.

Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) -- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2017.

1. Financeirização das Cidades. 2. Movimentos Sociais. 3. Minha Casa Minha Vida. 4. Resistências Urbanas. 5. MSTB. 6. Salvador (BA). 7. Desigualdade Social Brasileira. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): **Caio Oliveira e Marinho**

Data da Defesa: 24/08/2017

Comissão Julgadora:	Resultado:
Profa. Assoc. Cibele Saliba Rizek (Orientador(a))	aprovado
Profa. Dra. Lúcia Zanin Shimbo	APROVADO
Pós-Doutoranda Joana da Silva Barros	Aprovado

Prof. Dr. Marcelo Zaiat
Coordenador da Disciplina 1800091 - Trabalho de Graduação

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus colegas de engenharia ambiental, de modo a contribuir com novos sentidos à esta carreira que, por vezes, nos aparenta menor do que ela, de fato, pode ser.

Dedico, também, aos lutadores e lutadoras do povo brasileiro, cujo potencial de mudança desta realidade urbana que nos contigencia é fundamento para construir espaços que nos humanizem.

AGRADECIMENTOS

Por se tratar de um trabalho de conclusão de curso, este documento é resultado de uma longa jornada pessoal e coletiva que se sumariza na cadência das palavras que aqui escrevo. Sendo assim, a contribuição das várias pessoas que participaram desta trajetória é inestimavelmente importante, se fazendo necessários os devidos agradecimentos.

Começo pelo começo, a minha família. Agradeço à minha mãe, Maria Helena, pelo lastro, pelo equilíbrio e pela dedicação à educação emancipatória, noções que constituem sentidos da minha existência e crenças na vida. Agradeço a meu pai, Marcelo, por transmitir a admiração do urbano e por ter proporcionado ensinamentos sobre origem, caráter e capacidade de *transvisão* das barreiras, sejam elas geográficas ou afetivas. À minha irmã, Melina, pela noção superlativa de amor e pelos aprendizados que só o laço da irmandade permite, estes fundamentais para constituir os princípios da solidariedade e da coletividade. Não posso esquecer de agradecer às contribuições (e preocupações!) fundamentais de André, Jane, Marlete, Marcinha e minha dinda, Rita, sem as quais absolutamente nenhum passo no trilhar do processo educativo teria sido dado.

Ainda sobre educação, agradeço imensamente à todas as minhas professoras e todos os meus professores dos ensinos básico, fundamental e médio, pelo estímulo à busca e à inquietação, ensinamentos que me fazem encontrar no ambiente da sala de aula a possibilidade do infinito e as virtudes das descobertas. Assim, agradeço também ao Programa Ciência Sem Fronteiras, onde pude transpor escalas, aprofundar conhecimentos e entender o valor das universidades brasileiras, públicas, gratuitas e de qualidade, cujo desmonte em curso se coloca enquanto um desafio à nossa nação.

Pela solidez e materialidade do exercício de se colocar criticamente no mundo, fundamento deste trabalho, agradeço ao CAASO, ao GEISA, ao GECO e à SAPA, entidades estudantis que deram sentido ao papel de ser um estudante e onde pude construir valores, coletividades e horizontes de mudança. No mesmo sentido, agradeço ao Levante Popular da Juventude, pela possibilidade transformadora e existencial de consolidar estes princípios em projeto político, imbuído de amor, companheirismo, rebeldia e seriedade.

Agradeço às minhas queridas amigas e aos meus queridos amigos, pessoas que compartilham comigo os carinhos, as dores e os amores oriundos dos desafios de

crescer. Esta tarefa, ainda mais quando relacionada ao processo de migração, atinge níveis bastante basilares, de modo que não posso me furtar a fazer ressalvas especiais a Abelha, Gabriela e Peu, pessoas sem as quais a minha trajetória se esvaziaria de significado.

Reservo agradecimentos especiais àqueles que permitiram que as páginas seguintes tivessem corpo e solidez. Ao MSTB, representado pelas figuras de Lôra e Wagner, me faltam as palavras para demonstrar tamanha gratidão pela disponibilidade que o Movimento empreendeu ao me apresentar os seus desafios e formulações. Aos militantes da Ocupação do Núcleo Força e Luta, agradeço pela abertura e fraternidade ao me acolher no seu território e nas suas respectivas casas, me inspirando, com o brio que carregam, a fazer frente a este mundo que nos trata com tanta violência. Agradeço imensamente à Professora Cibele, por dar vazão às minhas inquietudes e por complementá-las com tanta sabedoria, me apresentando uma tradição da sociologia brasileira brilhantemente refinada e comprometida com o País. Não posso deixar de agradecer à Cibele, também, por me apresentar ao LMI e a Joana, pessoa a quem devo eternos agradecimentos pela recepção multiescalar à pesquisa científica, me fazendo compreender as nuances e a importância desta atividade, que, a depender do olhar que se estabelece, se imbrica com a vida e com os sonhos. À Professora Lúcia, agradeço pela abertura acadêmica e por aceitar o convite de participar da banca examinadora deste trabalho.

Por fim, à Bahia, pelo horizonte societário.

É preciso analisar as aparências para melhor compreender as almas.

(Santos M. , 2008a)

RESUMO

OLIVEIRA E MARINHO, C. **Porosidades e resistências ou fabricação de consenso?** Uma análise da luta dos movimentos sociais no contexto da financeirização das cidades no Brasil. 2017. 44 f. Monografia (Trabalho de Graduação) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

Este trabalho de graduação investiga a relação entre os movimentos sociais de luta urbana e o Programa Minha Casa Minha Vida dentro do contexto da financeirização das cidades brasileiras, de modo a entender se a ação destas organizações populares se constitui enquanto porosidades e resistências políticas, ou o contrário, se produzem apenas consenso. A metodologia aqui empregada se propõe a analisar este quadro pela ação empreendida pelo Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), pelo exemplo da Ocupação do Núcleo Força e Luta localizada em Salvador (BA), onde as incursões de campo foram realizadas e onde, peculiarmente, se percebe um processo de financeirização pela exploração do patrimônio histórico-cultural da cidade. Argumenta-se aqui que a hipótese da neutralização da capacidade política dos movimentos sociais pela ação consensual das políticas públicas é coerente, mas ela é reducionista e carece de ponderações, pois a brutalidade da desigualdade social brasileira é um fator que densifica as condições de construção do processo de subjetivação política do povo, de modo que possibilidades de fissuras neste modelo hegemônico também são possíveis pelo horizonte dos movimentos sociais dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. O que é mostrado, entretanto, é que estas possibilidades de fissuras não configuram uma acensão da luta de classes nas cidades, ao contrário, demonstram os pontos de superação necessários à prática dos movimentos para que estes encampem reais resistências ao processo de financeirização das cidades, este que acirra desigualdes, segrega mais o espaço e transforma a terra urbana em ativo financeiro.

Palavras-chave: Financeirização das Cidades, Movimentos Sociais, Minha Casa Minha Vida, Resistências Urbanas, MSTB, Salvador (BA), Desigualdade Social Brasileira

ABSTRACT

OLIVEIRA E MARINHO, C. **Porosities and resistances or breaks of consense?** An analysis of the social movements' struggle in the context of the financialization of Brazilian cities. 2017. 44 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

This paper investigates the relationship among the urban social movements and the program "Minha Casa Minha Vida" in the context of the finacialization of the Brazilian cities, in a manner to understand if these organizations' action builds political resistances and porosities, or the contrary, if they build only consense. The methodology used here intends to analyse this issue by the Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB)'s action, specifically by the Núcleo Força e Luta's occupation, located in Salvador (BA), where a field work had been realized and where it is perceived a particular process of finacialization which explore the city's historic-cultural heritage. It is argued here that the thesis of social movements' political capacity neutralized by the consensual action of public policies is coherent, but it is also reducionist and it lacks a wheighting, because the brutality of Brazilian social inequality is a factor that densifies the conditions in which the process of people's political subjectivation is constructed, in a way that possibilities of fissure in the hegemonic model are possible as well. However, it is shown that these possibilities of fissure do not set up a rise in the urban class struggle, in the contrary, they present nodal points to be beated by the social movements' pratic in order to build real resistances against the finacialization of the cities, a process that potentiates inequalities, intensifies the spatial segregation and transforms the urban land in a financial asset.

Keywords: Financialization of the Cities, Social Movements, Minha Casa Minha Vida, Urban Resistances, MSTB, Salvador (BA), Brazilian Social Inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa dos imóveis vazios e terrenos aldios no Centro Antigo de Salvador a serem geridos pelo Fundo de Investimento Imobiliário.....58
Figura 2 – Organograma explicativo do Projeto Revitalizar.....60
Figura 3 – Localização do Núcleo Força e Luta.....65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB Municipal – Estrutura setorial dos valores adicionados, Bahia e municípios da RMS, 2010.....52
Tabela 2 – Naturalidade dos ocupantes do Núcleo Força e Luta.....68
Tabela 3 – Localidade onde morava antes da ocupação.....68
Tabela 4 – Situação empregatícia.....;.....68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BHG	–	Brazilian Hospitality Group
CAS	–	Centro Antigo de Salvador
CEPAL	–	Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe
ERCAS	–	Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador
FIFA	–	Fédération Internationale de Football Association
FIIs	–	Fundos de Investimento Imobiliário
MCMV	–	Minha Casa Minha Vida
MPL	–	Movimento Passe Livre
MSTB	–	Movimento Sem Teto da Bahia
MSTS	–	Movimento Sem Teto de Salvador
PIB	–	Produto Interno Bruto
PMCMV	–	Programa Minha Casa Minha Vida
PT	–	Partido dos Trabalhadores
RM	–	Região Metropolitana
RMS	–	Região Metropolitana de Salvador
SEDUR	–	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SFI	–	Sistema de Financiamento Imobiliário
SUDENE	–	Superitendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNESCO	–	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

Introdução e objetivo 25
Capítulo 1 | Revisão Bibliográfica 28
A cidade enquanto horizonte emancipatório 28
A cidade enquanto produto capitalista 29
A espoliação urbana e a violência fundamental da periferia capitalista 32
A financeirização das cidades 36
O Programa Minha Casa Minha Vida 42
Porosidades, resistências e quebras de consenso 45
Capítulo 2 | O que é a financeirização em Salvador 49
A capital negra e a capital do desemprego 49
A primeira capital do Brasil 56
A capital da resistência 61
Capítulo 3 | A ocupação do Núcleo Força e Luta 64
A localização 64
Meu vínculo 67
Os vínculos e horizontes da base 70
Conflitos 75
Capítulo 4 | Conexões 78
Considerações finais 82
Referências Bibliográficas 84
Apêndice 87

Introdução e objetivo

Estudar a cidade é uma tarefa bastante complexa. Ao mesmo tempo em que a vida cotidiana nos imputa uma vivência material de um ambiente urbano carregado de dilemas e contradições (no ônibus lotado, na festa de largo ou na manifestação), a busca pela razão do que se observa é um caminho difícil. Me explico.

O passado recente de uma ordem social escravocrata e a transição para um capitalismo dependente das influências externas e imperialistas concentra, no Brasil, tendências que conformaram e conformam urbanidades muito desiguais e problemáticas (Fernandes F. , A revolução burguesa no Brasil, 2005, p. 374). O altíssimo índice de desigualdade social e as brutais taxas de extermínio da juventude negra e periférica[1] alarmam esta situação e colocam a grave crise urbana que o Brasil enfrenta na ordem do dia (Maricato, 2015, p. 29).

No período recente, a tendência que dá seguimento a esta configuração desigual está sendo esboçada pelo processo da financeirização do ambiente construído (Harvey, 2005a, p. 168). Tendo suas bases fincadas nos circuitos internacionais de capital, esta dinâmica de acumulação capitalista tem inserido a produção urbana na lógica financeirizada e tem, por conseguinte, minado a noção de moradia enquanto direito e produzido cenários onde a segregação social e espacial tem sido muito intensificada (Rolnik, 2015).

Uma das maneiras de inserção da financeirização nos territórios nacionais é realizada através da disponibilização de recursos públicos sobre a forma de subsídios (Santos & Sanfelici, 2015, p. 13). Aqui no Brasil, esta conformação foi consolidada, principalmente, pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), política pública de cunho habitacional (Shimbo, 2012, p. 93).

Na contramão desta tendência hegemonizante, aparece contrastando a história construída pelos movimentos sociais urbanos no país. A formulação e aprovação do Estatuto da Cidade, por exemplo, representam uma conquista muito significativa que demonstra a possibilidade de outras narrativas influenciarem a dinâmica urbana brasileira (Maricato, 2015, p. 104). Contudo, a hipótese que defendo aqui, que se

[1]De acordo com o Mapa da violência (Waiselfisz, Os jovens no Brasil - Mapa da violência 2014, 2014), entre 2002 e 2010, enquanto o número de jovens brancos mortos por assassinato diminuiu 32,8%, o número de jovens negros assassinados aumentou 32,4%, elevando a diferença proporcional de jovens negros assassinado/jovens brancos assassinados (índice de vitimização) de 79,9% para 168,6%.

constitui como um dos fenômenos que a produção acadêmica tem discutido no período recente, é que vivemos um período em que a capacidade política dos movimentos sociais tem sido neutralizada pela ação consensual de políticas públicas como o PMCMV (Rizek, Amore, & Camargo, 2014, p. 534), e, por isso, estas tais outras narrativas não têm constituído uma força suficiente para frear a supremacia do capital.

Diante do exposto, é de profunda relevância a análise de como os movimentos sociais de luta urbana tem respondido a produção das cidades pelo capital financeirizado articulado com o PMCMV. Afinal, investigar o modo das organizações construírem uma lógica operativa consensual é vital para a proposição de vias alternativas à violenta realidade urbana que assola o nosso povo, este é o objetivo traçado aqui. Para isso, o presente trabalho se propõe a investigar o impacto do processo de financeirização na luta urbana através do estudo de caso da ocupação do Núcleo Força e Luta do MSTB (Movimento Sem Teto da Bahia), na cidade de Salvador.

Inicialmente será apresentada uma revisão bibliográfica que fundamenta a problemática em questão. Neste primeiro capítulo, busco compreender como a cidade se constituiu no pensamento e na história – como elemento ou como perspectiva emancipatória (desde algumas tradições de pensamento diferentes). Será dado aí um enfoque às particularidades que este processo tem construído na periferia capitalista brasileira, buscando compreender como se dão as recentes articulações da e na produção do espaço com o capital financeiro. Neste contexto, analiso a inserção do PMCMV nos circuitos de financeirização do capital e como esta política pública tem contribuído para a materialização da pós-democracia (Rancière, 1996), noção que nos posiciona em um contexto onde a operação do consenso tem dissolvido possibilidades de resistência. Por fim, perscrutarei, desde o aporte teórico de Rolnik (2015), possibilidades de fissuras na dinâmica hegemônica de produção do ambiente construído. Para a autora, com a qual dialogamos, ainda é possível vislumbrar "porosidades, resistências e a quebra de consenso" na nossa realidade urbana.

O segundo capítulo deste documento irá desenhar o estudo de caso. Nesta etapa, trarei a questão da financeirização das cidades e a produção do consenso desde o caso de Salvador, capital negra do Brasil, e ilustrarei através de fatos recentes como esta produção hegemônica tem se articulado às dinâmicas próprias da capital baiana. Será apresentado também o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), sua história, o que este Movimento tem formulado como horizonte e, finalmente, como as metodologias do

MSTB e a sua forma organizativa têm se proposto enquanto ferramentas para a garantia do direito à moradia digna e do direito à cidade.

O estudo de campo feito na ocupação do Núcleo Força e Luta do MSTB é o tema do capítulo 3. Trarei, nesta seção, os meus relatos de campo e das entrevistas realizadas, construindo, nos elementos verificados nestas incursões, reflexões que possam ilustrar como o arranjo de relações observadas se posiciona diante da conjuntura consensual aqui apontada.

O texto se encerra no capítulo 4, onde, à luz da temática global do trabalho, serão construídas problematizações das reflexões oriundas do trabalho de campo. Aqui busco entender como e, principalmente, se as dinâmicas observadas e vivenciadas ilustram a hipótese defendida, ou se a gestação de uma fissura no modelo financeirizado de produção do espaço construído é realmente possível.

Capítulo 1 | Revisão Bibliográfica

A cidade enquanto horizonte emancipatório

Pelo que aponta Lefebvre (2001, p. 105), a cidade se constitui como a obra social capaz responder às "necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas" dos seres humanos. O autor defende que estas demandas de fundamento antropológico não encontram espaço para serem exprimidas livremente, a não ser onde ele conceitua como o urbano. O urbano, para Lefebvre, é onde acontece, por excelência, a simultaneidade, a reunião, o encontro. "É uma *qualidade* que nasce de quantidades (espaços, objetos, produtos)" (p. 86). Na cidade urbana, portanto, é onde se predomina o "valor de uso" sob o "valor de troca", e isso significa um conjunto de relações sociais, comportamentos, ideias e valores que concebem e praticam a cidade enquanto centro da vida social, lugar este que permite a possibilidade do imprevisto, que tem a rua concebida enquanto palco e que é vivido com o simples objetivo do prazer. A cidade em que se celebra o valor de uso, nos termos do autor (p. 12), é a festa. Do contrário, o culto do valor de troca produz a cidade mercantil, não urbana, cujos objetivos focam no saldo das relações estabelecidas. De maneira análoga, o imprevisto é indesejado e a rua vira um lugar de passagem, trânsito. A cidade, segundo está ótica, é o centro do consumo.

Na cidade onde o "valor de uso" prevalece, o espaço público é uma ferramenta central para a sua organização, pois é nele onde a esfera pública é plasmada. A esfera pública, por sua vez, constitui a "dimensão fundamental da vida social" (Silva, 2009, p. 19), ou seja: é aquilo que faz emergir o comum, a aparência constituinte da realidade (Arendt, 2007, p. 59). Para a concepção grega, é no espaço público onde se materializa uma das ordens de existência da humanidade: o *bios politikos* (Arendt, 2007, p. 34). A perspectiva clássica, que tem a *polis* enquanto representação máxima do espaço público, entende o *bios politikos* enquanto a característica que diferencia os indivíduos do resto dos animais, pois é essa qualidade que propicia o exercício da política – o exercício da fala; a reflexão que traz Arendt sobre esta ideia grega é que é no espaço público onde a democracia (leia-se política) se espacializa. De volta à Lefebvre, a interação entre as noções de espaço público e política é muito frutífera[2], pois o projeto de cidade e de vida

[2] Ainda que Arendt apresente uma base interpretativa diferente do marxismo lefevbriano.

urbana que o autor defende ainda não estão materializados, eles carecem de formulações, de síntese. E, ao expor como a produção desta síntese é determinada, Lefebvre converge para as conclusões de Arendt, expressando pragmaticamente: "a síntese pertence ao político" (2001, p. 122).

A vida urbana, segundo esse mesmo autor, ainda não começou (p. 108). Como se pode observar pelo que foi narrado acima, ela se constitui como uma possibilidade de alteração na maneira de como se relacionam os indivíduos entre si, com os objetos e com o espaço - na tentativa de pôr um fim à perda de humanidade que a máxima do culto ao valor de troca, teoricamente, impõe. É, portanto, uma alteração radical que se constitui enquanto um horizonte emancipatório. A via de materialização deste horizonte, por sua vez, é dada pela prática da vida social (Harvey, 2008b, p. 23), em outras palavras, é o exercício político de construir uma nova maneira de viver a cidade (cuja centralidade está no espaço público) que dialeticamente constrói novos cidadãos e cidadãs. É o direito à cidade posto em prática que permite a materialização de uma nova realidade que seja, de fato, urbana (Lefevbre, 2001; Harvey, 2008b).

É sobre a necessidade de síntese e sobre o desafio de construir um horizonte emancipatório urbano do que se trata este trabalho. As contribuições da noção do "direito à cidade" são basais para a concretização desta tarefa. Contudo, para situar o ponto de partida de onde nos colocamos, é preciso diagnosticar a cidade que vivemos. É isto que farei agora.

A cidade enquanto produto capitalista

O advento da Revolução Industrial trouxe consequências paradigmáticas para a sociedade. As alterações drásticas da relação dos seres humanos com o tempo e com o espaço, consequente do período histórico que se iniciara, implicou uma nova maneira de construir estas dimensões sociais (Santos M. , 2006). Verifica-se, a partir desse momento, uma estruturação do capitalismo, sistema econômico consolidado com a Revolução Industrial, pela associação entre a industrialização e a urbanização, pois é alcançada uma capacidade mútua e complementar de ambos processos de concentrarem os meios de produção (Lefevbre, 2001, p. 15). Ou seja, o espaço, com o desenvolvimento do capitalismo, se torna um produto que permite expandir os limites desse sistema

econômico. A cidade, que é precedente ao capitalismo, se torna a sede desta dinâmica (Harvey, 2005a, pp. 52-53). Assim, aprofundar a análise da vinculação do espaço aos horizontes de expansão do capital, sob a ótica da teoria marxista, nos faz enxergar melhor nexos que elucidam a hipótese aqui defendida[3].

O modo de produção de capitalista tem no seu bojo a perspectiva da expansão. O mecanismo social de reprodução deste sistema econômico coloca o aumento de capital como a maneira de preservação da empresa capitalista, caso contrário, se a empresa deixa de expandir seus horizontes, o princípio da competição a exclui do mercado (Marx, 1967 *apud* Harvey, 2005a, p. 44). A acumulação de capital é, portanto, "o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista" (p. 43). Entender essa necessidade perene de acumulação de capital é fundamental para a compreensão de uma outra noção basilar da estrutura capitalista, a crise. As crises, segundo Marx (*apud* Harvey, 2005a), são resultantes da contradição do capitalismo competitivo, pois a busca incessante e conflitiva de acumular capital faz com que a expansão produtiva ilimitada se esbarre nas fronteiras do mercado gerando a crise, seja pela oferta da força de trabalho, oferta dos meios de produção, da infraestrutura ou da própria estrutura de demanda (Harvey, 2005a, p. 45). A chave interpretativa que Marx traz com a noção de crise considera as barreiras limitantes do processo de acumulação de capital como parte integrante do próprio desenvolvimento do capitalismo. E isto, para análise que está aqui se construindo, tem duas implicações muito importantes. A primeira dá corpo ao laço entre industrialização e urbanização, e a segunda, por sua vez, define e qualifica um princípio sob qual a produção no espaço está orientada, o imperialismo. Ambas as ideias lastreiam a realidade das cidades brasileiras.

As crises são partes sistemáticas do processo de acumulação de capital. São momentos de instabilidade econômica que se resolvem pelo ordenamento de medidas de exceção, cujo objetivo é fomentar a expansão da capacidade produtiva e a consequente renovação das condições acumulação adicional em um novo patamar (Harvey, 2005a). Para construir esse novo patamar, uma das estratégias que o capitalismo adota é a "expansão geográfica para novas regiões" (p. 48). Marx assinala que isso cria a tendência de se estabelecer um mercado mundial, pois o desenvolvimento de forças de produção (estimuladas por esses novos patamares de

[3] Para amparar esta reflexão, me apoiarei nos escritos de "A Produção Capitalista do Espaço" (Harvey, 2005a) e "O novo imperialismo" (Harvey, 2005b)

acumulação) propicia um horizonte de diminuição dos custos da circulação de mercadorias. Nesse sentido, a inserção de novas regiões no mercado é uma tendência se consolida paulatinamente, pois "o imperativo de acumulação implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais." (Harvey, 2005a, p. 50).

Contudo, essa expansão geográfica para novas regiões é determinada por um padrão racional de localização das atividades, em que a minimização dos custos de produção limita dialeticamente a expansão, concentrando em centros urbanos os meios de produção e os capitais. É uma construção do padrão moderno de aglomeração que se expande mundialmente e consolida a distribuição espacial em forma de centro *versus* periferia, pois ela fomenta a acumulação de capital sem perder de vista a racionalidade moderna seletiva. Esse padrão acumula tanto na operação das cidades quanto na própria construção delas.

Por assim dizer, a lógica capitalista que se configurou na sua fase industrial se vinculou de maneira categórica à reprodução das cidades. Ela encontrou na produção do espaço construído um horizonte de expansão de mercado e de canalização das suas crises sistemáticas.

A segunda implicação diz respeito a uma maneira particular da expansão capitalista para outras regiões: o imperialismo. Afirma-se particular pois, de acordo com Arendt (*apud* Harvey, 2005b, p. 119), o imperialismo opera a estabilização do sistema em crise através de uma "importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital", a acumulação primitiva.

A acumulação primitiva é o conceito criado por Marx que descreve o ponto de partida do processo de acumulação capitalista (Marx, 2013, p. 959). Ela separou os produtores diretos dos meios de produção, transformando estes em capital e aqueles em classe trabalhadora assalariada. Essa operação, afirma Marx, teve a expropriação da terra dos camponeses como base e se constituiu carregada de "conquista, de subjugação e de assassínio para roubar; de violência" adaptado (Marx, 2013, p. 960).

Harvey pontua, entretanto, que o entendimento marxista sobre a acumulação primitiva enquanto categoria histórica é limitado. Para ele,

> Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por

> insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (Harvey, 2005b, p. 121).

Centrado nessas evidências e apoiado na noção arendtiana do imperialismo, o autor britânico aponta para uma ideia de acumulação primitiva enquanto categoria analítica, contínua e que se reproduz na atualidade através da atividade imperialista, com uma violência proporcional àquela que a teoria marxista apontara no século XIX. Harvey, inclusive, substitui o termo "acumulação primitiva" por "acumulação por espoliação".

É a articulação de expansão territorial com a expansão dos horizontes capitalistas e as consequências violentas que a acumulação imperialista por espoliação produz que nos interessam aqui. Elas nos permitem compreender como se agencia a intensa expansão da urbanização, e os novos rumos (violentos) da relação dos seres humanos com o tempo e o espaço. Além disso, ter estas duas ideias em mente é condição *sine qua non* para a análise das cidades brasileiras.

A espoliação urbana e a violência fundamental da periferia capitalista

Castro e Silva (1997 *apud* Maricato 2015 p.28) comentam que a cidadania brasileira é baseada pelos princípios de "direito para alguns, modernização para alguns, cidade para alguns". De fato, o crescimento no Brasil entre 1980 e 2010 de 259% da taxa de homicídios (Weiseldisz, 2013 *apud* Maricato 2015, p29), a porcentagem no país de população com acesso à moradia no mercado privado até 2009 ser restrita a 30% (Maricato, 2015) e o aumento percentual do preço dos imóveis na capital paulista ser de 218,2% entre 2008 e 2015 (Maricato, 2015) são estatísticas que trazem dimensões da realidade urbana alarmante que se enseja no país.

A urbanização brasileira, assim como a da maioria dos países que se encontram na periferia do capitalismo[4], é um processo que tem se demonstrado marcado por

[4]Enquanto "periferia do capitalismo", utilizamos a noção trazida por Maricato (2015).

"concentração de riqueza e pobreza nas cidades" (Santos M. , 2009, p. 57). A acumulação por espoliação assume uma tônica tão austera na dimensão do espaço construído que Lúcio Kowarick desenvolve o conceito de "espoliação urbana"[5]. Para ele (Kowarick, 1979, p. 59), nos países periféricos, as necessidades sociais coletivas que dizem respeito ao padrão de vida urbano da classe trabalhadora (transporte, habitação, segurança, etc.) passam por um processo de precarização (ou inexistência) agudo, em que a negação constante do provimento desses serviços é parte do processo de "dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho". A espoliação urbana, é, portanto, o conjunto dessas negações que a acumulação de capital imperialista fomenta. A autoconstrução da habitação, exemplo utilizado pelo autor, ilustra didaticamente esse processo. Vejamos.

A autoconstrução da habitação é a forma por excelência de construção em que os trabalhadores e trabalhadoras empregam o seu escasso tempo livre para a edificação de suas casas (Bonduki, 1994, p. 258). O custeio dos materiais se dá pelo comprometimento de porcentagens consideráveis do salário destas pessoas, as quais fazem uma compensação com a redução de gastos em outras demandas (lazer, alimentação, transporte). A dificuldade financeira também delonga a construção por muito tempo, pois os proprietários dos terrenos podem ficar longos períodos sem ter como custear outros insumos que eventualmente aparecem. Além disso, as áreas onde os trabalhadores têm condições de adquirir terrenos se situam em regiões de infraestrutura muito precária e distantes dos seus empregos (Kowarick, 1979, pp. 61-62).

A qualidade construtiva das casas, considerando todas estas informações, termina por ser muito baixa. O padrão de habitação produzido é muito débil e, em termos analíticos, é uma consequência direta da reprodução da "força de trabalho a baixos custos para o capital" (Kowarick, 1979, p. 62) que se alastra na dinâmica dos países do capitalismo periférico, exatamente por corresponder à acumulação por espoliação. Como resultado, observa-se uma enorme parcela da classe trabalhadora submetida a condições cruéis que vão ser analogamente reproduzidas em outras dimensões da vida urbana (Bonduki & Rolnik, 1979, p. 83). Nesse sentido, as ocupações irregulares, que têm como expressão simbólica máxima a favela, consolidam morfologicamente um padrão urbano muito precarizado, mostrando como as cidades

[5] A aproximação terminológica entre "acumulação por espoliação" (Harvey, 2005b) e "espoliação urbana" (Kowarick, 1979) não implica em uma similitude de conceitos. A espoliação a qual ambos os autores se referem tem origens distintas para cada um destes usos.

resultantes do processo de acumulação por espoliação atualizam estruturas arcaicas, as quais a promessa do moderno um dia nos fizera acreditar terem ficado no passado. O passado, pelo visto, é o que tem servido de alimento para o futuro.

Na tentativa de refletir e encontrar uma forma de superação da contradição da presença de traços das estruturas arcaicas nos dias de hoje, extrapolando as implicações da forma urbana, a produção acadêmica construiu formas distintas de se encarar a questão. Francisco de Oliveira aborda em ”A crítica à razão dualista” pontos nodais deste debate (Oliveira, 1973).

A década de 1950 foi marcada por uma intensa discussão entre modelos de entendimento da situação socioeconômica brasileira. O subdesenvolvimento é uma formulação que toma corpo neste contexto, conduzindo linhas de pensamento que objetivassem produção de ideias para explicar este fenômeno (Oliveira, 1973). A Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe (CEPAL) surge neste âmbito subsidiando um ponto de vista que entendia o “subdesenvolvimento” por uma ”concepção histórico-econômica singular” (Oliveira, 1973, p. 7), e que, portanto, encontraria a sua superação com o desenvolvimento da industrialização, com o progresso técnico e com reformas que levassem o País para o seu avanço na “modernização”. Para Oliveira (1973), a dualidade cepalina em nada contribuiu para a teorização da sociedade nos países da América Latina, ao contrário: serviu de ideologia e marginalizou “perguntas do tipo ‘a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?’” (p. 9).

Na contramão da ótica empreendida pela CEPAL, o autor sugere uma reflexão mais profunda do processo político e histórico brasileiro. Mostra como a articulação da dinâmica da economia, com o Estado e com a nossa desigual sociedade de classes produz um paradoxo fundamental da sociabilidade a qual estamos submetidos. Este paradoxo, por sua vez, explica porque as consequências do suposto “subdesenvolvimento” não são singulares e porque os problemas “arcaicos” não se resolvem com a introdução de métodos “novos e modernos”. Para Oliveira,

> a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (...) Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou

> inexoravelmente para uma concentração de renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir (Oliveira, 1973, p. 32).

Assim, o autor coloca a retroalimentação paradoxal do arcaico e do moderno como consequência da acumulação por espoliação. Trazendo essa contribuição para o recorte das cidades (Harvey, Kowarick e Bonduki & Rolnik), podemos sugerir que este paradoxo, por sua vez, vai condicionar a urbanização das cidades brasileiras à autoconstrução, à ausência de esgotamento sanitário nas ocupações irregulares, às custosas tarifas de transporte público, às extenuantes horas diárias perdidas no trânsito; em resumo, à espoliação urbana.

Cabe ressalvar aqui que este referido condicionamento, entretanto, não é o fator exclusivo que produz as características morfológicas e sociais oriundas da espoliação urbana. É preciso entender que, para se realizar plenamente, a acumulação por espoliação também se apropria das "realizações culturais e sociais preexistentes" (Harvey, 2005b, p. 122), ou seja: na imbricação entre moderno e arcaico é a interação das estruturas da história brasileira com os princípios que garantem a expansão imperialista que vai, de fato, produzir as condições materiais da cidadania brasileira (Maricato, 2011, pp. 7-8). A decorrência disso, como nos revela Florestan Fernandes (2005, p. 243), é a formação de um poder burguês centrado nos "procedimentos autocráticos herdados do passado", em que é formada uma democracia que é institucionalizada, mas que é "socialmente inoperante". A este modo de dominação da burguesia brasileira corresponde à formação de uma sociabilidade política das classes populares carregada das marcas coloniais, patrimonialistas e escravocratas, localizada às margens das instituições da modernidade (Barros, 2012, p. 139). Além disso, a reflexão levantada por Barros nos faz entender que esta sociabilidade política caracterizada pela ausência da prática democrática e pela espoliação assenta a violência enquanto o elemento fundamental da vida das classes populares (p. 150). No recorte espacial, por analogia, se dará uma distribuição do espaço que encarne essa sociabilidade violenta, autocrática e de direitos marginalizados.

Esta conexão entre as condições espoliativas da vida urbana e a violência fundamental da sociabilidade política das classes populares brasileiras, como foi repetidamente indicado, sugerem compartilhar da mesma gênese. Elas aparentam ser fruto da mesma lógica de acumulação capitalista em dimensões distintas que são

dialeticamente complementares: a urbana e a social. Adicionalmente, retomando também uma outra noção aqui já indicada, não se pode perder de vista o dinamismo e a inevitável expansão que essa lógica de acumulação apresenta (Harvey, 2005a, p. 43), pois este dinamismo impõe o desafio constante de atualizar as interpretações da vivência material dos dilemas e contradições que o ambiente urbano carrega, tarefa complexa à qual me referi no início da introdução deste texto. Acontece que a partir do início da década de 1970, o dinamismo do capital culminou em um processo de reestruturação produtiva, aumentando a importância do papel do capital financeiro no cenário global (Harvey, 2008a). A implicação direta disso foi a inserção da produção do espaço urbano nos circuitos financeirizados, conectando a violência da sociabilidade política e as cidades da periferia capitalista em uma escala de dimensões ainda não muito examinadas, mas sabidamente distintas. Este trabalho se dedica a qualificar esta distinção, e, por isso, é sobre a financeirização das cidades e suas implicações que a próxima seção discorre.

A financeirização das cidades

De acordo com David Harvey (2008a, pp.135-140), a expansão de indústrias multinacionais para os países periféricos, durante o decorrer da década de 1960, acirrou o mercado internacional, ameaçando a hegemonia dos Estados Unidos e produzindo uma queda intensa do dólar. Associado a isso, a alta inflacionária do pós-guerra e a crise do petróleo de 1973 costuraram uma instabilidade econômica de dimensão global. Consolidava-se, então, uma crise internacional cujas saídas apontadas pelo mercado esbarravam nas contradições do sistema produtivo fordista. Segundo o autor britânico, o fordismo apresentava uma "rigidez" (p. 135) excessiva que impunha limites indesejáveis à acumulação de capital. Esta rigidez foi consequentemente superada, e a solução encontrada pelo sistema capitalista internacional foi a adoção do que ele conceitua como "acumulação flexível" (p. 140).

A acumulação flexível suscitou uma série de novas formas no mercado de trabalho e no sistema produtivo. São exemplos: os "regimes de trabalho mais flexíveis", o "aumento do setor de serviços", a "redução do emprego regular" e "sistemas mais antigos de trabalho doméstico como peças centrais" na cadeia produtiva (Harvey,

2008a). Observava-se o surgimento de uma reorganização econômica, social e política que as décadas de 1970 e 1980 foram palco e que contou com novas capacidades tecnológicas que lastrearam uma (paradoxal) maior organização do capitalismo em uma forma descentralizada, dispersa e flexível (Harvey, 2008a, pp. 150-151). Pelo que salienta Harvey (p. 155), talvez uma das mais influentes mudanças nesse cenário tenha sido a reestruturação do sistema financeiro, que passava a operar em uma escala global jamais vista, de maneira extremamente desregulamentada e marcada por uma intensa mobilidade geográfica de fundos. O agente-chave para a operação da acumulação flexível, portanto, se tornou o capital financeiro. Para poder depreender melhor as implicações urbanas oriundas da crescente importância que esta forma de capital vem desempenhando, nos aprofundaremos um pouco mais no seu conceito e nas formulações sobre sua dinâmica de operação.

Assim como em todas as relações capitalistas, o capital financeiro é uma forma de adquirir lucro através da exploração do valor de troca do dinheiro, ou seja, da circulação do dinheiro enquanto capital (Marx, 2013, p. 293). A peculiaridade existente nas relações financeiras, entretanto, reside em uma forma mais sofisticada e abstrata de circulação. Esta forma abstrata vem da "autonomização das formas funcionais do capital" (Sabadini, 2013, p. 585), em que a especialização das atividades do sistema econômico cria um setor específico da circulação que é autônomo e se reproduz sem o intermédio de mercadorias, mesmo mantendo a sua conexão de trabalho com a base produtiva. Para Sabadini, o capital financeiro é o setor do capital especializado no comércio de dinheiro. Abordarei a seguir algumas dimensões deste comércio de dinheiro, mas antes vejamos uma definição clássica:

> 'Uma parte cada vez maior do capital industrial - escreve Hilferding - não pertence aos industriais que o utilizam. Estes podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a investir na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – isto é, capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. ' 'Capital financeiro é o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam. ' (Hilferding, 1912 *apud* Lenin, 2012, p.75).

O comércio do dinheiro tem como estrutura principal o sistema de crédito. O crédito permite a venda de capital na forma de dinheiro pela emissão de títulos, sem que o dinheiro propriamente dito permeie a relação de compra– e por isso dizemos que esta

é uma criação da especialização das atividades capitalistas (Chesnais, 2010 *apud* Paulani, 2016). Este mecanismo de crédito acelera o processo de circulação de capital, expandindo os seus horizontes do lucro (Paulani, 2016, p. 516).

Os bancos, confirmando o conteúdo da definição exposta por Hilferding, são as instâncias centrais para o sistema de crédito. É diante do aporte do capital monetário nos bancos (oriundos da produção), que estes adquirem lastro para a emissão dos empréstimos e dos títulos no sistema de crédito (Lênin, 2012). O crédito se faz lucrativo por dois tipos de capital, o "capital portador de juros" e o "capital fictício", conforme afirma Sabadini (2013). Vejamos como o autor define estes dois conceitos.

O capital portador de juros é aquele que o banco concede ao setor produtivo e que retorna agregado de uma parte do excedente gerado na produção. Não há nesta relação a inserção direta de trabalho, mas sim uma expropriação indireta daquele que processo produtivo empregou. O capital portador de juros, por sua vez, gera lucro ao seu dono pela simples propriedade, pelo título de posse. Então, a pessoa que detém muitos títulos de posse acumula um direito à participação nos lucros do capital produtivo que tende a ser grande, mas que ainda não é material, é uma promessa. Sob essa promessade participação nos lucros é gerada uma expectativa, que valoriza os títulos de posse, elevando o seu "valor monetário nominal" (Mandel, 1962 *apud* Sabadini, p.601). O que se chama de capital fictício é exatamente essa elevação do valor monetário nominal dos títulos que ainda não possui base produtiva (Harvey, 2008a, p. 171).

O capital portador de juros e o capital fictício compõem o capital financeiro. Percebe-se, inclusive, uma imbricação das duas formas supracitadas que demonstra uma relação de causa e efeito entre elas resultante do desenvolvimento das estruturas do capitalismo (Sabadini, 2013). Explico.

O capital fictício é um desdobramento do capital portador de juros que eleva o valor monetário nominal dos títulos pela geração de expectativa (especulação). A especulação mantém uma relação forte do capital financeiro com os dispositivos técnicos disponíveis no contexto histórico. Se Lênin (2012), na sua primeira publicação de "O imperialismo: Etapa superior do capitalismo", em 1917, já alertava sobre as alterações que "o grau de desenvolvimento" capitalista implicava na interpretação da sua fase monopolista e, por conseguinte, na concepção do capital financeiro, é minimamente coerente afirmar que o marco tecnológico alcançado com a introdução do meio técnico-científico informacional (Santos M. , 2006) permitiu consolidar uma nova

dinâmica de circulação do capital fictício. Uma dinâmica que encontrou paridade na instantaneidade, no nível de abstração e na virtuosidade da técnica, confirmando a tese sustentada por Harvey, da reestruturação do sistema financeiro e sua consequente reorganização econômica, social e política. Não é à toa que se observa um aumento de 16,2 vezes do valor de ativos financeiros mundiais entre 1980 e 2010, enquanto que o PIB aumenta "apenas" 5,0. (Paulani, 2010 *apud* Rolnik, 2015, p.31).

O aumento exacerbado da importância do capital financeiro fez com que, paulatinamente, novos mercados se inserissem nesta dinâmica. Observa-se, ao longo dos anos, uma consolidação progressiva da subordinação do setor produtivo às exigências e demandas do setor financeiro. Este processo que tomamos aqui por financeirização (Santos & Sanfelici, 2015, p. 7). É importante destacar que o conceito de financeirização, como apontam os autores citados, é limitado caso a sua interpretação se restrinja a uma análise estritamente econômica. Deve-se entender que a financeirização parte da lógica econômica, mas produz essencialmente uma dinâmica de sociedade (Braga, 1997, *apud* Santos e Sanfelici, 2015 p.8) centrada na acumulação flexível, na desregulamentação e no capital fictício.

Fernandez e Aalbers (2014 *apud* Rolnik, 2015, p.32) demonstram a complexidade social que traz a financeirização quando evidenciam a conexão direta estabelecida entre os dispositivos financeiros para a obtenção de reserva de valor e a vida das famílias e dos indivíduos. O provimento das linhas de crédito e a formulação de políticas públicas financeirizadas (temas abordados com maior profundidade adiante) são dois exemplos de formas que mediaram esta aproximação individualizada do capital, cujo crescimento se deu significativamente com a progressiva "monetarização do acesso aos bens e serviços sociais básicos" (Duménil & Levy, 2004 *apud* Santos e Sanfelici, 2015 p.9).

Podemos verificar este referido vínculo social analisando a financeirização do setor que mais nos interessa aqui, a habitação. O atrelamento do capital financeiro à produção da moradia se configurou como uma possibilidade de acumulação de capital muito frutífera, pois a compra e a venda de porções da terra, conforme mostra Harvey (2015, p. 362), diz respeito à comercialização do direito à renda fundiária que o terreno pode proporcionar, em outras palavras, renda pelo capital fictício. Assim, a financeirização da moradia elevou a clássica especulação imobiliária (de tradição patrimonialista que extraía a renda por juros) a uma dimensão mais sofisticada: a rentista. A produção desta financeirização, entretanto, encontrou maneiras distintas de

enraizamento nos diferentes contextos mundiais: Enquanto nos Estados Unidos o mercado de *subprimes* vinculou o sistema de hipotecas aos investimentos bancários, no Brasil verificou-se a inserção do mercado financeiro pela abertura de capital por intermédio de incorporadoras imobiliárias (Santos & Sanfelici, 2015, p. 33).

O período que marca a consolidação da acumulação flexível no Brasil é também o período onde se verifica uma série de medidas governamentais que versam sobre a participação do capital financeiro na economia do país. A regulamentação dos Fundos de Investimento Imobiliários (FIIs) (1993), o Plano Real (1994), a lei que instituiu o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) (1997), a lei 10.931/2004 e a lei 12.020/2009 (Santos e Sanfelici, 2015, p.13-14; Rolnik, 2015, p.227) são medidas que se propuseram a balizar o vínculo do mercado financeiro ao setor produtivo do país. Acrescido disso, o final dos anos 1990 foi marcado pela fusão e pela compra de empresas do setor da construção e incorporação por parte dos fundos de investimentos internacionais, os quais buscavam nos mercados emergentes da América Latina novos horizontes de investimentos (Rolnik, 2015, p. 230). Como resultado, o Brasil teve de mais de R$20 bilhões em títulos de empresas do mercado imobiliário entre 2005-2007 e um aumento vertiginoso do poder e do alcance das incorporadoras (donas de suas próprias construtoras), consolidando a inserçãodo capital financeiro na produção brasileira do espaço construído (Santos & Sanfelici, 2015, p. 17).

A dinâmica de operação das incorporadoras imobiliárias passava a então adotar uma estratégia financeirizada. Desta maneira, como intuito de adquirir lastro para suas operações e necessitando traçar um plano de investimento a longo prazo, essas empresas começaram a criar seus próprios bancos de terra (Rolnik, 2015, p. 231). Esses bancos consistem na estocagem de terrenos para a constituição de um monopólio espacial que garante aos investidores o retorno futuro de lucro. Nas palavras de Fix (2011, p. 195), os bancos de terra "funcionam como base para a criação de capital fictício", e a criação destes bancos na lógica financeirizada fez com que as incorporadoras ampliassem a escala do segmento econômico que operam, que era originalmente mais restrita. Se antes a atividade de incorporação focava nas regiões mais ricas de centros metropolitanos, agora também se objetivava a aquisição de terrenos mais baratos, tanto em capitais, como no interior dos estados. Ainda segundo a autora, a inserção dessas porções territoriais nos horizontes de lucro se dá pela associação das incorporadoras com o mercado local e repercute em uma hegemonia

monopolista, mostrando que a especulação imobiliária de preceito financeiro transcende a especulação tradicional de caráter patrimonialista (Santos & Sanfelici, 2015, p. 17), pois edifica um poder territorial cujas proporções caminham para "a construção de um espaço uno de acumulação e à destruição de quaisquer barreiras espaciais e temporais que possam gerar atritos e fricções ao seu movimento geral" (Brandão *apud* Fix, 2015, p.198).

A transformação da habitação em mercadoria financeirizada e os bancos de terra conduzem à lógica de operação desenfreada dos circuitos especulativos. A especulação rentista, na verdade, é a exata materialização da lógica de acumulação financeira, que submete a dimensão produtiva real ao potencial especulativo dos mercados mesmo sem perder a sua base material (Harvey, 2015, p. 437). A consequência disso é ilustrada pelo aumento generalizado do preço da terra, que dá vazão à predatória concentração de renda, historicamente espacializada nas cidades brasileiras, mas que agora se atualiza na tônica financeirizada, monopolista e, por isso, se torna mais intensa. Este agravamento do cenário da espoliação urbana acirra as tensões sociais plasmadas na cidade, pois termina a ideia de habitação enquanto direito e a objetiva enquanto mercadoria e ativo financeiro. Nesta direção, Raquel Rolnik (2015, p. 33) acrescenta que "a economia política da habitação implicou também numa economia política da urbanização", levando as consequências do modelo centrado nas finanças para o âmbito geral, construindo uma dinâmica de operação do urbano que chamamos aqui de financeirização das cidades.

Como já foi identificado, o Estado tem um papel fundamental na construção dos vínculos financeiros (Aalbers, 2016) e, diferentemente do que prega o discurso teórico neoliberal, a cadência da financeirização no Brasil não fez com que o Estado reduzisse o seu aporte de dinheiro, mas sim com que ele operasse a recondução dos seus investimentos, que ora eram destinados aos direitos sociais, e que passam a viabilizar a inclusão dos cidadãos pela via do consumo (Sauunders, 1990; Ronald, 2008 *apud* Ronlik, 2015. p. 215). Cabe apontar aqui que esta inclusão por via do consumo (no setor da habitação) possui um marco temporal: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Foi a partir dele que as incorporadoras conseguiram, de fato, a ampliação dos horizontes de acumulação ao explorar o mercado da população de baixa renda (Shimbo, 2012, p. 93). A inclusão por via do consumo, a dinâmica do PMCMV, suas origens e as

contradições de uma política pública incentivando mercado são os assuntos que abordarei no próximo item.

O Programa Minha Casa Minha Vida

O estímulo à produção habitacional para a expansão do mercado, conforme o que já mostrei aqui, havia se tornado significativo no Brasil desde os anos 1990. Dando seguimento à lógica, a chegada do governo Lula, em 2003, fez assentar esta relação entre habitação e mercado nos moldes desenvolvimentistas, forma de governar que operava "o enfrentamento da questão social associado ao crescimento econômico e à geração de empregos" (adaptado, Rolnik, 2015 p.233).

Enquanto política habitacional de governo propriamente dita, estavam se ensaiando propostas que levavam a agenda da reforma urbana adiante, pois a criação do Ministério das Cidades havia dado um fôlego para o avanço desta histórica pauta de reivindicação dos movimentos sociais (Maricato, 2015, p. 104). Contudo, as contradições internas que balizaram a governabilidade lulista[6] excluíram as contribuições que o Ministério das Cidades poderia oferecer e, consequentemente, conformaram um modelo de programa de habitação que centrava foco no simples provimento de crédito para o financiamento de casas, sem uma preocupação real com a produção de cidade, nem com a questão fundária do país (Rolnik, 2015, pp. 237-238). Surgia, então, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Um agravante do contexto prévio de criação do PMCMV foi a crise internacional de 2008. O epicentro da crise ter sido a bolha hipotecária estadunidense ameaçava no Brasil a construção civil e o setor imobiliário (que se financeirizava) fortemente. Isso fez com que estes segmentos constituíssem um "imperativo econômico" de pressão que demandava do governo respostas imediatas, pois a expansão de mercado e a geração de empregos no país estavam intimamente dependentes destes setores (Shimbo, 2012, p. 93). Sendo assim, o PMCMV serviu como um horizonte desenvolvimentista que atendeu às demandas empresariais, à produção de postos de trabalho e à produção de unidades habitacionais simultaneamente, numa escala de tempo curta, fazendo se consolidar a

[6] Enquanto Lulismo, me refiro à acepção de André Singer (2012).

expansão do capital financeiro atrelado ao setor imobiliário no país. Contudo, a única modalidade de habitação que essa tríade permitiu e que baseou o PMCMV foi a casa própria (Fix, 2011, p. 141).

É nesse sentido que Shimbo (2012) afirma que o PMCMV não representou nenhuma mudança significativa da tendência que já dominava a produção habitacional no Brasil. Pelo contrário. A inserção dos fundos estatais permitiu que o setor privado superasse os desafios do cenário econômico internacional e aumentasse significativamente sua escala, pois assim conseguia condições materiais de acessar, de fato, o nicho de mercado das "classes C e D" (Fix e Arantes, 2009 *apud*, Shimbo, 2012).

A estruturação da política habitacional de maior produção em números absolutos que o Brasil já teve nos permite depreender uma estratégia de conciliação da produção numérica massiva de habitação social com as demandas do mercado. Shimbo (2012), para caracterizar esta "hibridização", cunha o termo "habitação social de mercado", que carrega uma provocação bastante interessante e pertinente, pois o déficit habitacional, como pudemos ver com as reflexões sobre a espoliação urbana de Lúcio Kowarick, é exatamente uma produção que o mercado e a sua acumulação por espoliação provocaram. Sendo assim, tentar conciliar esta contradição através de uma política pública seria uma estratégia considerável, não fossem a carga histórica de espoliação urbana brasileira, os efeitos nocivos da conformação neoliberal à cidadania e as implicações destes fatores na construção do nosso "tecido social" (Rizek, Ceballos, Georges, 2014). Esclareço.

Os autores Georges, Rizek & Ceballos (2014) alertam que o final do século XX e o início do século XXI marcam um período na América Latina de transformação das garantias sociais pela ação neoliberal. Para eles, a chave associativa das políticas sociais e do mercado, ao invés de combinar um suposto mútuo desenvolvimento, "legitimam um modo de dominação" que dá fim ao reconhecimento simbólico da proteção social da política pública e o substitui por uma "moral dos direitos da propriedade" (p. 460). De fato, o que o PMCMV pautou foi a habitação para a população pobre pela via do consumo da casa própria. Dentro desta abordagem, se omite a profundidade da questão do déficit habitacional. Este que não é apenas um conjunto de números, mas o resultado de como se estruturou a questão urbana dentro da história brasileira. Nesse sentido, mesmo a produção em larga escala de unidades habitacionais ter resultado em uma diferença

significativa e material para algumas parcelas muito precarizadas da sociedade[7], a sua leitura enquanto "dispositivo", ou seja: "conjunto de saberes, discursos, dimensões que se entrelaçam a práticas e que, ao produzir saberes, regimes de verdade e normas de leitura, produzem sujeitos e agenciamentos" (Rizek C. , 2017), nos permite pensar no esvaziamento da cidadania provocado pelo PMCMV. O agravamento da segregação das cidades, a produção de novas periferias, o funcionamento como um instrumento de remoção (Rolnik, p.292; Rizek, Amore, Camargo, 2014, p.533) e o fomento do já citado aumento do preço da terra são consequências desta política pública de incentivo à "habitação social de mercado".

Um recorte importante que também versa sobre a atuação do MCMV enquanto um dispositivo está ligado à modalidade "Entidades" do Programa. Mesmo que limitada à apenas 3% dos recursos totais, esta categoria estava destinada a provisão de unidades habitacionais para uma gama de entidades de modo geral, apesar do seu surgimento estar ligado, principalmente, à demanda dos movimentos sociais de luta por moradia, dada a extensa trajetória de reivindicação de suas pautas (Rizek, Amore, & Camargo, 2014). A operacionalização da produção de habitação no MCMV Entidades formulou um complexo arranjo das relações entre estes movimentos, o Estado e o mercado imobiliário. Para Rizek, Amore e Camargo (2014, p. 534), houve um impacto político significativo na correlação de forças destes três atores, pois a formulação do MCMV Entidades significava um modelo uníssono de provisão habitacional para a população de baixa renda, fora do qual a possibilidade de constituição da moradia seria (quase) inexistente. Dessa maneira, o papel dos movimentos sociais que entraram nesta articulação passou a ser o de "operador do programa", enfraquecendo a sua tradição reivindicatória de ocupações, de debate sobre apropriação da cidade e de formulações do que se trata uma moradia digna. Para os autores, ocorre, portanto, um abrandamento da construção política que se contrapõe a um modelo de inserção urbana em que os indivíduos são encarados enquanto consumidores, ao invés de cidadãos, para dar lugar a operação do fornecimento de casas nas novas periferias urbanas, sem o acesso às facilidades da cidade e sua infraestrutura. É a partir desta ótica que Rizek, Amore e Camargo (2014, p. 534) ponderam o MCMV Entidades enquanto dispositivo formulador de um agenciamento entre movimentos sociais, Estado e mercado que aponta "menos

[7] Cabe apontar aqui que o PMCMV intensificou déficit habitacional metropolitano brasileiro, pois não centrou a sua produção nestas regiões, onde este número era mais significativo (Rizek C. , 2017).

para uma dualidade e mais para uma modulação". Modulação por entender que o horizonte de expansão de mercado abarca, agora, os agentes de oposição (antes construtores de uma dualidade). O grande paradoxo é que o oferecimento de uma solução pontual se demonstra suficiente diante da emergência material da carência por habitação. Se analisarmos mais profundamente, podemos ver nesta configuração o mesmo modelo de acumulação imperialista por espoliação, agora na sua forma financeirizada, apresentando uma solução atrativa para um problema que ele mesmo criou durante a sua história de acumulação. Cabe ressaltar que esta solução oferecida, a do provimento de casas pelo MCMV Entidades, é focalizada, pontual e não produz uma resolução definitiva para a questão do déficit habitacional. Ao contrário! Funciona para o seu avanço, pois abarcar os movimentos sociais na lógica de expansão do mercado representa a produção de um consenso que tende a dissolver as porosidades e resistências que o processo de financeirização das cidades poderia encontrar, construindo um campo aberto à expansão imperialista do capital que, como vimos, só tende à construção de um espaço uno de acumulação, a segregar mais as cidades e a produzir novas periferias, agravando os conflitos e as tensões sociais que as cidades brasileiras são palco.

Porosidades, resistências e quebras de consenso

O fim da seção anterior nos coloca diante de um cenário complexo. Por mais que a oposição que coloca os movimentos sociais entre "operador do programa" *versus* "entidade reivindicatória" assuma nuances caricaturais, o PMCMV e a sua modalidade Entidades criaram este paradoxo, de modo que, mesmo que cada movimento na sua especificidade não assuma uma prática que o categorize taxativamente como um ou como outro, estes se posicionam dentro deste espectro criado. Então, sim, a política pública criou um campo de dissolução do tensionamento político dentro do qual os movimentos sociais se colocam. Ora mais próximo do extremo reivindicatório, ora mais próximo extremo consensual.

Por consenso entendemos aqui a noção formulada por Rancière (1996). O autor francês defende que o consenso é uma construção que se opõe a democracia. Sendo a

democracia o regime do político, Rancière nos situa em um momento histórico em que as "formas do Estado e o estado das relações sociais" têm apagado "as formas do agir democrático" (Rancière, 1996, pp. 104-105), em outras palavras, a política. Rancière entende a política como o exercício do conflito, em que uma parcela da população excluída pela ordem social se encontra imersa em um processo de enunciação da sua condição de desigualdade. Este processo, o autor denomina de *subjetivação política* (Rancière, 1996, p. 48). A subjetivação política, por sua vez, sintetiza o movimento de inserção do objeto litigioso que reivindica o pressuposto da igualdade pela *parcela dos sem-parcela*. Segundo a ótica empregada por Rancière, a noção de dissenso é fundamental para o exercício da política, pois é o conflito, a reivindicação; a posse do *logos* que "arranca a naturalidade de um lugar" (Rancière, 1996, p. 48).

Para o filósofo francês, entretanto, vive-se hoje a pós-democracia, momento no qual a crença no domínio totalitário da técnica cria um regime do "todo-visível", em que a introdução de objetos litigiosos não encontra mais o seu lugar (p. 107). Ou seja: na pós-democracia, os dispositivos institucionais têm criado formas de substituir a manifestação conflitiva do povo pelo "idílio político da realização do bem comum", pelo consenso.

Rancière descreve:

> Tal é o sentido do que se chama democracia consensual. O idílio reinante vê nela a concordância racional dos indivíduos e dos grupos sociais, que compreenderam que o conhecimento do possível e a discussão entre parceiros são, para cada parte, uma maneira de obter a parcela optimal que a objetividade dos dados da situação lhe permite esperar, preferivelmente ao conflito. Mas, para que as partes discutam em vez de lutar, é preciso primeiramente que existam como partes, tendo de escolher entre duas maneiras de obter sua parcela. Antes de ser a preferência dada à paz sobre a guerra, o consenso é um certo regime do sensível. (...) O que o consenso pressupõe portanto é o desaparecimento de toda a distância entre a parte de um litígio e a parte da sociedade. É o desaparecimento do dispositivo da aparência, do erro de cálculo e do litígio abertos pelo nome do povo e pelo vazio de sua liberdade. É, em suma, o desaparecimento do político (Rancière, 1996, p. 105).

Para completar a ideia de pós-democracia, Rancière adiciona que a impossibilidade do litígio cria uma relação entre o direito e o fato tão indiscernível, que a submissão do Estado às "demandas mercantis" é legitimada pela demonstração de sua impotência de ação autônoma frente ao mercado mundial. Vivencia-se na pós-

democracia a "identificação absoluta da política com a administração do capital" (Rancière, 1996, pp. 114-115).

Esta reflexão à luz do pensamento do filósofo francês nos faz pensar: Seria a operacionalização do MCMV Entidades pelos movimentos sociais a exata produção do consenso? A materialização da "concordância racional" da pós-democracia? Poderíamos afirmar que a necessidade emergencial por habitação é a busca da "parcela optimal que a objetividade dos dados permite esperar"? Estaríamos observando na financeirização das cidades a concretização da democracia consensual?

Pensar sobre estes questionamentos nos faz invocar as possibilidades múltiplas que a cidade pode se configurar. De fato, o que abordamos no início deste capítulo acerca do urbano enquanto utopia emancipatória abre brechas neste imperativo consensual. Talvez, para prosseguir o diálogo com Rancière, nos valha ressaltar um questionamento que Lefebvre traz:

> Pode esse embrião [o urbano em formação] muito poderoso à sua maneira, nascer nas fissuras que ainda subsistem entre essas massas: o Estado, a Empresa, a Cultura (que deixa a cidade perecer, oferecendo sua imagem e suas obras ao consumo), a Ciência ou antes o cientificismo (que se põe ao serviço da realidade existente, que a legitima)? (Adaptado, Lefevbre, 2001, p.104)

Assim, na elucidação de um possível embrião do urbano nas fissuras do que observamos hoje, Rolnik (2015, pp. 296-303) afirma a presença de contracorrentes no discurso hegemonizante do capital. Para ela, a reivindicação da cidade, do espaço público enquanto ferramenta política e do acesso à infraestrutura urbana de qualidade têm servido de horizonte formulador do que ela denomina de "porosidades, resistências e quebras de consenso". A autora afirma que as formas de uso que estas possibilidades de reapropriação da cidade permitem ilustram uma ascensão das lutas urbanas no mundo.

De acordo com Rolnik (2015), no Brasil, estas quebras de consenso se fizeram fortemente presentes em junho de 2013, tendo como estopim a proposta de tarifa zero do Movimento Passe Livre (MPL). A demanda por uma melhor qualidade do transporte público e por saúde e educação "padrão FIFA", além de expressar as manifestações de junho como uma insatisfação coletiva frente à "usurpação do modelo político territorial que tem tomado conta das cidades" (Rolnik, 2015, p. 302), corporificam a busca por um lugar na cidade na medida em que materializam na ocupação a sua expressão territorial.

Nos resta saber se a força com que vigoram estas novas formas de criar "porosidades, resistências e quebras de consenso" é suficiente para se opor ao padrão hegemônico consensual da produção urbana.

***

A financeirização das cidades aparenta produzir um modelo que, além de importar uma sofisticação rentista de acumulação de capital, ao se apoiar na formação de políticas públicas, se apodera das formas de resistência pela produção de consenso. Esta é a hipótese que aqui levanto. Entretanto, a promessa de uma oposição construída pelas forças sociais talvez tenha a capacidade de colocar um freio na supremacia deste processo. Estaríamos vivendo uma produção hegemônica do espaço urbano que enfrenta porosidades e resistências, ou o capital financeiro já as englobou na produção do consenso? Para os próximos capítulos, veremos como esta reflexão teórica encontra a sua materialidade nas vielas, nas ocupações e na metafórica escarpa fundadora da cidade de Salvador.

Capítulo 2 | O que é a financeirização em Salvador

> "Vocês saem do subúrbio pra vim ocupar aqui no Centro Histórico, né? Porque aqui no Centro Histórico é difícil de matar. Mas a gente leva pro subúrbio e mata lá." Fala de uma Policial Militar dirigida à coordenadora do MSTB

Como pudemos ver, o processo de financeirização das cidades está inserido numa sucessão histórica de reprodução do capital que se expande pela forte imbricação entre moderno e arcaico. Assim sendo, a relação da reestruturação produtiva dos anos 1970 com a cidade de Salvador é muito significativa diante do fato de estarmos tratando da primeira capital do Brasil e, portanto, do primeiro projeto de cidade que espacializa e dá sentido à invasão luso-europeia. Entender como a dinâmica capitalista no seu estágio financeirizado se vale das estruturas do passado arcaico na capital baiana tem uma dimensão histórica que talvez nos permita resgatar um modo de edificar a cidadania, de construir uma urbanidade, que conecte as raízes de um projeto de país colonialista à espoliação urbana que nos é imputada até hoje. No mesmo sentido desta aproximação, a experiência dos movimentos sociais em Salvador e a tentativa destes de formular quebras de consenso é bastante significativa para esclarecer se observamos uma possível ascensão das lutas urbanas no mundo ou uma dissolução consensual destas.

Este capítulo pretende ilustrar a cadência do processo de reestruturação produtiva e a financeirização produção urbana em Salvador. Veremos que Salvador guarda peculiaridades na atuação dos circuitos financeirizados pelo atrelamento do setor financeiro com o patrimônio histórico-cultural, e que o imperativo destes agentes, seguindo a tendência apontada pela literatura resgatada previamente, conta com uma importante participação do poder público. Por fim, ilustraremos como o acirramento das desigualdades espaciais é enfrentado pela atuação do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB).

A capital negra e a capital do desemprego

A fundação de Salvador enquanto primeira capital brasileira em 1549, de maneira simplista, disse respeito às necessidades de concentrar em uma cidade o papel administrativo, a salvaguarda bélica e a função de metrópole regional da empresa

colonial, concentradora da atividade portuária de importação e a exportação (Santos M. , 2008a, p. 41). Assentada na ordem social escravocrata, Salvador se tornou a cidade mais importante do Brasil, categoria que ocupou até a transferência da capital federal para o Rio de Janeiro, em 1763, pela sobreposição da importância da atividade aurífera, que encontrava na capital fluminense o seu caminho de escoamento. Este período de forte expressão soteropolitana conformou as bases de um "mercado de trabalho centrado na prestação de serviços pessoais, no artesanato, na burocracia estatal, na construção civil e no pequeno comércio" que, mesmo enfrentando as mudanças conjunturais brasileiras e a inserção efetiva no capitalismo (abolição da escravatura, ciclo do café, surto industrial, atividade cacaueira), permaneceu sem alterações expressivas até a década de 1940 (Carvalho & Borges, A região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho, 2014, p. 81).

Uma transformação significativa só aconteceu a partir da década de 1950, quando a indústria petrolífera ocupou uma posição muito importante para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), e quando o projeto desenvolvimentista nacional criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Neste contexto imediato, ocorreu a implantação da refinaria Landulpho Alves, a construção do terminal Marítimo de Madre de Deus e, posteriormente, a entrada do polo petroquímico de Camaçari; medidas que estimularam a criação de novos postos de trabalho, novas instituições públicas e o alargamento da classe média, antes muito inexpressiva na cidade (Carvalho & Borges, A região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho, 2014). Estadualmente, a participação do PIB pelo setor industrial saiu de 12% em 1960, para 31,6% em 1980 e 38,1% em 1990, de modo que, em 1959, esta participação correspondia a 59,9% do PIB da RMS (Almeida 2008 *apud* Carvalho e Borges, 2014, p.81).

É a partir de então que Salvador consolida um processo de industrialização e uma consequente expansão do setor terciário que, conjuntamente, diversificam, ampliam e modernizam o mercado de trabalho soteropolitano, construindo uma transição produtiva que, até a metade dos anos 1980, colocou Salvador na categoria das metrópoles mais dinâmicas do país (Carvalho & Borges, A região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho, 2014, p. 84). Uma ressalva extremamente importante é que o perfil apresentado por esta expansão (indústria de bens intermediários e serviços com reduzida competência de

absorção de mão de obra qualificada) não teve a capacidade de incidir estruturalmente sob os problemas ocupacionais da maioria da população, deficiências que derivam, inclusive, do contexto colonial (abolição da escravatura sem políticas de reparação). Somado a isso, aparecem os fluxos migratórios das massas do interior do Estado e da região metropolitana, que contribuem para a permanência histórica de fortes contradições sociais evidentes na cidade (Carvalho & Borges, A região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho, 2014). Conformou-se, portanto, uma importante expansão econômica, mas que não teve potencial para elevar o nível de renda regional e consolidar uma real transformação para a cidade.

O fim do desenvolvimentismo e os impactos da reestruturação produtiva mundial chegam em Salvador, de fato, no fim dos anos 1980 e durante a década de 1990. O papel neoliberal que assume o Estado brasileiro debela o fortalecimento da indústria e o mercado de trabalho então modernizado, reduzindo vertiginosamente o proletariado industrial (Carvalho & Pereira, 2014). Destaca-se o papel da terceirização e das privatizações que reduzem o número de empregados diretos do setor industrial a 1/3 do máximo alcançado na década de 1980. Além disso, hipertrofiam o setor terciário, e aumentam o número de trabalhadores e trabalhadoras sem carteira assinada e as reservas de mão de obra: trabalhadores informais que desempenham serviços domésticos, serviços não especializados e que atuam como vendedores ambulantes (Carvalho & Pereira, 2014, pp. 115-116). Na década de 1990, especialmente, Salvador viveu um período de taxas de desemprego muito críticas, evidenciando um grande número de pessoas vivendo sob níveis de pobreza muito sérios (Carvalho & Borges, 2014).

A entrada do Brasil nos anos 2000, a chegada do lulismo e o período de forte valorização real do salário mínimo impactaram muito o estado da Bahia e, consequentemente, a RMS. As diretrizes de governo que consolidaram uma constelação de políticas de assistência e o aumento significativo do poder de compra (Georges, Rizek, & Ceballos, 2014) foram muito importantes para a economia soteropolitana retomar um crescimento dinâmico. Mesmo estas medidas serem correspondentes a um reformismo fraco (Singer, *apud* Rizek, 2017), de correções não estruturais frente ao quadro histórico apresentado, as marcas precedentes do neoliberalismo privatizante submetera a capital baiana e sua RM em uma situação de vulnerabilidade de tamanha proporção que a

simples oferta de empregos de salários baixos, por exemplo, já se mostrou capaz de uma alteração econômica relevante. Partindo para uma análise mais geral das atividades econômicas a partir dos anos 2000, podemos, então, destacar que o retorno ao crescimento dinâmico foi marcado por uma ampliação considerável da construção civil, uma estabilidade do setor industrial e uma forte expansão dos serviços (Carvalho & Pereira, 2014, pp. 123-124). Esta reconfiguração econômica produziu uma melhoria imediata nas taxas de desemprego, mas não alterou radicalmente as contradições encontradas na cidade, pelo contrário, reforçou uma divisão do trabalho fruto da reestruturação produtiva que cristaliza nas cidades dos países pobres, como Salvador, uma "urbanização terciária" centrada em atividades de baixa remuneração, muito susceptíveis às flutuações do mercado e de trabalho intensivo (Santos M. , 2008b, p. 37). Na tabela 1, é possível ver a composição do PIB dos municípios da RMS e do estado no ano de 2010, evidenciando esta preponderância do setor de serviços.

Tabela 1 – PIB Municipal – Estrutura setorial dos valores adicionados, Bahia e municípios da RMS, 2010

Bahia e municípios da RMS	Setores %		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Bahia	7,22	30,28	62,50
Camaçari	0,09	71,64	28,27
Candeias	0,24	53,77	45,99
Dias D'Ávila	0,10	71,19	28,71
Itaparica	3,38	16,48	80,14
Lauro de Freitas	0,38	23,44	76,19
Madre de Deus	0,62	24,54	74,84
Mata de São João	8,06	28,61	63,32
Pojuca	0,71	71,93	27,36
Salvador	0,06	18,44	81,50
São Francisco do Conde	0,07	61,74	38,18
São Sebastião do Passé	3,22	41,72	55,06
Simões Filho	0,13	44,94	54,92
Vera Cruz	4,34	17,99	77,67

Fonte: IBGE. Contas Nacionais; SEI, IBGE, Contas Regionais *apud* Carvalho & Borges (2014, p. 89)

De maneira resumida, o que podemos ver com os passar dos séculos e das décadas em Salvador é uma relativa alteração da ordem produtiva, mas, concomitantemente, uma manutenção da segregação socioespacial cujas raízes se encontram na ordem escravocrata. A entrada na modernidade suscitou uma industrialização e uma posterior preponderância do setor terciário, mas, ao mesmo tempo, estes processos modernizantes se demonstraram incapazes de promover uma

alteração paradigmática na concentração de riqueza, exatamente por se calcar nela, exemplificando a proposição de Francisco de Oliveira (1973). Como resultado disso, é possível perceber na história da cidade uma trajetória permanente de grandes massas transitando tenuemente entre o emprego e o desemprego, o formal e o informal (Santos M. , 2008b). Nesse sentido, para correlacionar esta tendência à forma e a urbanidade que adquire Salvador (interesse maior para a linha argumentativa que aqui se constrói), é preciso fazer uma ressalva específica relativa ao modo como se desmonta a escravidão na Bahia e no Brasil.

A Bahia recebeu pelo tráfico negreiro atlântico, majoritariamente no porto soteropolitano, 1.736.308 escravizados (quase 15% do total da escala global, 31,4% do total brasileiro) (Costa, 2013). Esta população foi a mão de obra responsável pela operação da empresa colonial, que assentou suas bases na escravização. A transição da ordem social escravocrata para o sistema de trabalho livre a partir da Lei Áurea de 1888, contudo, não permitiu que o povo negro se desvencilhasse da posição de mão de obra superexplorada, por não haver absolutamente nenhuma garantia que operasse a devida inserção dos antigos escravizados dentro de uma economia competitiva (Fernandes F. , 2008, p. 29). Assim, o avanço progressivo da urbanização decorrente do momento histórico, com a introdução da mão de obra livre que autor comenta, está associado à exclusão do "negro" e do "mulato" como agentes históricos socialmente significativos (Fernandes F. , 2008, p. 36). A manutenção da base produtiva em Salvador da sua época colonial até o meio do século XX e mesmo a sua posterior transformação são fatores que carregam as marcas desta dinâmica, por não oferecer horizontes de oportunidades diferentes da tradição colonial e, ao mesmo tempo, por se apoiar nesta herança.

Assim, o resultado da sucessão histórica do caráter que tem abolição da escravidão no Brasil é a consolidação de condições econômicas e sociais da vida urbana que condenaram o povo negro ao que Florestan Fernandes denomina de uma "existência ambígua e marginal". Haja vista, segundo o autor, esta "urbanização agravou as dificuldades de adaptação e de ajustamento [do povo negro] ao novo estilo de vida econômica social e política que estava por se formar" (2008, p. 35).

Salvador se conforma enquanto um retrato desta existência ambígua e marginal. Se pensarmos na manutenção secular das bases do mercado de trabalho que segue até 1940 e a posterior expansão do setor terciário centrada na exploração da mão de obra barata, conforme ressaltei previamente, podemos entender como o título de capital

negra do Brasil (2.869.141 de habitantes negros, 80,3% da RMS - IBGE, 2010) constrói uma correspondência histórica muito aguda com o título de capital do desemprego que Salvador liderou por 12 anos, entre 2002 até 2016[8]. Assim, a formação da urbanidade soteropolitana, que foi inicialmente plasmada na escarpa divisória das cidades alta e baixa, demonstra ter transcendido a antítese morfológica, para perpetuá-la (inclusive geograficamente) nas dimensões social e racial.

A cidade de Salvador, então, espacializa a marginalização do povo pobre e do povo negro desde muito cedo. O desenvolvimento do tecido urbano se dá pela intensa concentração fundiária, que dificulta muito o acesso à terra urbana para a população marginalizada, submetendo a fixação no espaço destas pessoas à "contratos de arrendamento, simples autorizações ou formas precárias de utilização do solo" (Márquez & Lima, 2015, p. 376). De acordo com Pereira (2014), a periferização associada à metropolização da cidade observada nos anos 1970, expandiu, intensificou e cristalizou por todo o município (que se expandira, formando a RMS) a configuração desigual e segregada, concentrando em pouquíssimos bairros os investimentos públicos e os equipamentos urbanos de qualidade, enquanto que a grande maioria da cidade fica submetida a habitações precárias, formadas sob autoconstrução, a ausência de qualquer infraestrutura urbana e a altíssimos índices de violência. É assim que Salvador se configura como a capital com o segundo maior percentual da população morando em favelas do Brasil (IBGE, 2010), e a capital onde morrem 3 jovens negros assassinados por dia[9]. O maior índice do Brasil (Waiselfisz, 2012).

Os autores Márquez e Lima, no estudo que discorre sobre a formação e de 2 bairros soteropolitanos, trazem à reflexão o conceito de "interlegalidade" (Santos, 2000 *apud* Márquez & Lima, 2015). Para estes autores, a interlegalidade seria a mescla do direito formal com as regulações informais que marcam as trajetórias da população destes bairros pobres soteropolitanos. O processo como um todo de permanência destas pessoas no território que ocupam é marcado por uma indistinção entre estas duas dimensões opostas. Nos termos de Poole e Das (2004, p. 177), cria-se uma zona cinzenta e incerta entre formalidade e informalidade que coloca, numa perspectiva mais ampla, a

---

[8] O cálculo é realizado pela comparação da taxa de desocupação de sua região metropolitana com outras 5 RMs mais populosas do Brasil. As exceções são o ano de 2006, quando a RM de Recife superou a RMS, e o segundo semestre de 2012, quando as RMs de São Paulo e Recife, novamente, tomaram a liderança do ranking (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2017).

[9] O dado é referente à 2010, ano em que morreram 1162 jovens negros assassinados na capital baiana (Waiselfisz, 2012).

garantia de existência destas pessoas na cidade também como uma dúvida. É, por assim dizer, esta incerteza diária que plasma a sociabilidade política da grande maioria do povo soteropolitano, e que submete este povo à necessidade constante de “se virar” nas suas questões diárias; sejam elas a habitação, a garantia do transporte ou até mesmo a sobrevivência.

A articulação da noção que coloca as questões materiais enquanto formuladoras de condições sociais, nos permite uma nova aproximação com Francisco de Oliveira (2012). Na defesa de sua tese que coloca o *jeitinho brasileiro* como um atributo das classes dominantes transmitido às classes dominadas, Oliveira, apoiado em Norbert Elias, sustenta que

> (...) a burla é uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema. Incompleta porque o capitalismo trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais da civilidade. As classes dominantes então “se viram”, dão um jeitinho para garantir a coesão de um sistema troncho e, *commeilfaut*, a exploração. (Oliveira, 2012).

Assim, o autor sintetiza uma narrativa das condições que formam a sociabilidade brasileira. Oliveira diz que o jeitinho do trabalho informal, "dos camelôs que vendem churrasquinho de gato como almoço, das empregadas domésticas a bombarem de Minas e do Nordeste para as novas casas burguesas dos jardins Europa" é a resposta encontrada pelas classes populares frente às condições adversas em que são submetidas pela classe dominante. A ausência do que ele chama de "formas de civilidade" representa a debilidade do ideal de emancipação burguês que o capitalismo na sua produção periférica tenta retoricamente sustentar, mesmo não apresentando formulações materiais substanciais.

É nesse sentido que proponho o entendimento da supracitada "necessidade constante de 'se virar'", fundamento do contexto soteropolitano que apresentei previamente, enquanto um traço desta sociabilidade política brasileira apresentada por Oliveira (2012). Assim, se a formação da cidade de Salvador, cujas origens se confundem com as origens brasileiras, conforma este tipo de sociabilidade que alcança níveis de violência e de desigualdades extremamente custosos, o exame do processo de circulação de capital na forma financeirizada, que impõe uma especificidade histórica fruto de uma reestruturação produtiva, merece uma peculiar atenção, especialmente por indicar uma

aprofundamento dessa já profunda e brutal[10] situação, cujo pleonasmo se faz necessário pela sofisticação e pelo desafio de compreender uma reformulação do estado autocrático (Fernandes F. , 2005, p. 243) que se forma. Por isso, examinar as articulações dos agentes financeiros com a produção do espaço no contexto de Salvador é o que me proponho na próxima seção.

A primeira capital do Brasil

O apontamento dos autores Santos & Sanfelici (2015) demonstra a existência de uma tendência interpretativa equivocada exacerbada por algumas análises que dizem respeito ao entendimento da financeirização da produção das cidades brasileiras. Para eles, a tentativa de compreensão deste fenômeno no País comete um erro muito grande ao tentar importar a lógica do mercado de subprimes formado nos Estados Unidos à dinâmica nacional. A tese dos autores no artigo sustenta, portanto, que a inserção da terra urbana nas instâncias financeirizadas é um fenômeno que não tem uma sequência operativa ou uma forma pré-definida, e que se acerta a leitura do caso brasileiro quando se desprende da ótica do mercado de subprimes, percebendo a operação dos agentes financeiros intermediada nacionalmente pelas incorporadoras imobiliárias, constituindo os seus grandes bancos de terra (Santos & Sanfelici, 2015).

No mesmo esforço de evitar uma mera adaptação "à brasileira" da chave interpretativa do modelo de financeirização presente em outros países, Fix (2011) sustenta que uma das estratégias adotadas pelas incorporadoras imobiliárias para a sua ampliação geográfica de capital foi a associação com empresas regionais. Segundo a autora, a herança patrimonialista dos municípios brasileiros conecta muitas vezes os promotores imobiliários locais à influência direta dos postos políticos, de modo que as frentes de expansão do capital imobiliário para "estabelecer-se em toda parte, [precisam] criar vínculos em toda parte" (adaptado, Smith, 1988 *apud* Fix, 2011). Assim, as empresas e investidores regionais, que conhecem, estão imersos e adaptados a uma dinâmica específica, junto à incorporação imobiliária, conformam os vetores de inserção dos agentes financeiros e de formação dos bancos de terra nos mercados locais.

A contribuição muito valiosa destes autores formula, em níveis muito importantes, os princípios para entender a dinâmica financeirizada em Salvador. Seja

[10]Brutal, aqui, é uma referência ao termo utilizado no texto de Rizek (2017).

por apontar a especificidade da financeirização das cidades brasileiras, seja pelo próprio princípio da adequação interpretativa que o entendimento do "processo de acumulação do capital em seu avanço espacial" demanda (Brandão, 2010 *apud* Fix, p. 199). Assim é que podemos compreender a financeirização como uma produção histórica e, se tratando de Salvador, podemos compreender o gatilho da inserção deste processo especificamente no centro Antigo da cidade (CAS – Centro Antigo de Salvador). A literatura (ainda reduzida) aponta que esta parte da cidade tem sido alvo das estratégias dos agentes imobiliários inseridos nos circuitos financeirizados pela produção de capital fictício através da exploração do patrimônio histórico-cultural do centro antigo de Salvador (Mourad, Figueiredo, & Baltrusis, 2014, p. 452).

De acordo com Fernandes & Gomes (1993), o processo de desterritorialização que passou o CAS deu lugar à conformação de novas centralidades a partir dos anos 1960, levando esta região da cidade a uma paulatina restrição do seu espaço de domínio de modo a configurar uma "perda acentuada de dinamismo e deterioração ampliada de seu quadro material" (p. 98). Assim, com o passar dos anos e a manutenção em termos gerais desta situação, é montada uma configuração crítica de um número grande de imóveis vazios e de terrenos baldios no Centro Antigo, como mostra a Figura 1. Afirma-se crítica, por entender como a ausência de diretrizes municipais e estaduais que transcendam a "vocação turística" desta região da cidade, tanto na prática quanto na retórica, cria as bases do processo de gentrificação e de "monetização dos terrenos" que a região tem vivido atualmente (Mourad, Figueiredo, & Baltrusis, 2014, p. 450). Estes autores, ao analisarem a trajetória que um dos bairros da região (o Bairro do 2 de Julho) vem apresentando, mostram um projeto denominado de "Cluster Santa Tereza" no qual um grupo baiano, um investidor europeu, as empresas de capital aberto na bolsa de valores Eurofort Patrimonial, RFM Participações e Brazilian Hospitality Group (BHG) se juntaram para compor um projeto hoteleiro e de desenvolvimento imobiliário para a região com pousadas, restaurantes e lojas. Até a data da publicação, as empresas já haviam adquirido 50 imóveis no bairro do 2 de Julho e definido uma área de interesse de 15 hectares no CAS, parte, inclusive, do Patrimônio da Humanidade tombada pela Unesco. A empresa BHG apresentara a compra como parte da estratégia de formação do seu banco de terras no país, que já totaliza um valor de 288 milhões de reais em investimento.

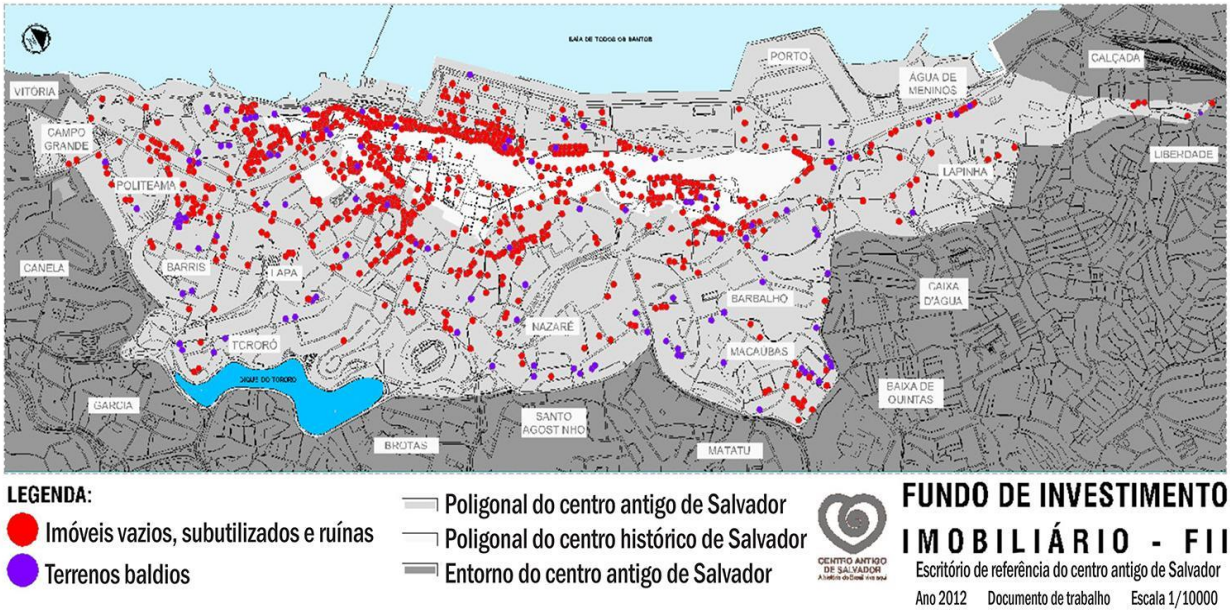


Figura 1 - Mapa dos imóveis vazios e terrenos baldios no Centro Antigo de Salvador a serem geridos pelo Fundo de Investimento Imobiliário. Fonte: ECRAS *apud* Mourad, Figueiredo & Baltrusis (2014, p.453)

Mourad, Figueiredo & Bautrusis (2014, p. 452), após apresentar este cenário, indicam como a inserção dos agentes financeirizados tem se utilizado da exploração do abandono do patrimônio histórico-cultural destas porções do território, agora tratados como ativos financeiros, para formar fontes adicionais de capital (capital fictício). Pelo que se tem constatado, é este caráter que tem conformado as parcerias locais com as empresas estrangeiras e a consequente formação dos bancos de terras na cidade de Salvador.

Para qualificar melhor esta perspectiva que aqui aponto, é preciso reforçar novamente a fundamental contribuição que as instâncias municipal e estadual de poder têm na construção deste cenário. O dispositivo de concessão urbanística e a proposta de "criação de instâncias público-privadas para a gestão/comercialização, via mercado, dos imóveis vacantes (vazios ou ociosos), com quantidade estimada em 1.500, do Centro Antigo" do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS)" (Mourad, Figueiredo, & Baltrusis, 2014, p. 453) tem proporcionado ao setor privado o poder de desapropriar imóveis e a assunção da política de desenvolvimento urbano da cidade. Agravando isso, a Prefeitura de Salvador, que tem se pautado pelo apelo midiático ao patrimônico histórico-cultural da cidade, se utilizando, inclusive, do lema de gestão "Primeira Capital do Brasil", em 12/12/2016, lançou o Projeto Revitalizar (Figura 2),

que prevê a "requalificação dos imóveis abandonados ou subutilizados do Centro Histórico de Salvador" (Correio, 2016).

A questão chave que trago aqui é como se comporta esta requalificação e as diretrizes impostas pelo mercado (financeiro) diante do quadro crítico em que se encontra o CAS. Haja vista, a população atual residente destas áreas se encontra em situações muito precarizadas e certamente despossuem as condições de permanência frente ao quadro de "revitalização" que se desenha, pois elas são exatamente as pessoas que viveram e vivem na pele as dificuldades de adaptação e de ajustamento à urbanização que Florestan Fernandes comenta (2008, p. 35) e que abordei na seção anterior. A tendência hegemônica que se aponta é a expulsão destas pessoas para a periferia geográfica da cidade, onde a infraestrutura urbana consegue ser ainda pior por ser mais desértica. Compõe-se, portanto, um quadro altamente conflitivo que contrapõe, por um lado, os interesses do mercado imobiliário financeirizado e, por outro, a população soteropolitana historicamente marginalizada. É esta feição que aparenta assumir a produção urbana financeirizada em Salvador, dotada de especificidades históricas que conectam as linhas gerais da financeirização da produção urbana brasileira à realidade da capital baiana, evidenciando um modelo de produção de cidade que coloca a política urbana sob total influência das flutuações do capital rentista, por mais que esta intensifique as dinâmicas excludentes e segregadoras da cidade.

Este quadro conflitivo, referenciando novamente Rolnik (2015, pp. 296-303), esbarra em um imaginário coletivo de evocação de resistências muito presente em Salvador. Seja pela Revolta dos Malês, pelo movimento de independência da Bahia, pela história do movimento negro ou pela manutenção vigorosa das tradições religiosas afro-baianas, existe uma mística em torno da experiência anti-hegemônica formulada em Salvador que cria uma ideia, difundida entre os movimentos sociais, de capital de resistência. Assim, diante do conflito supracitado, este elemento serve de horizonte para a análise do potencial político das ocupações no CAS que o MSTB coordena. Para nos voltarmos ao objeto de maior importância da discussão que aqui trago, se a maneira com que os movimentos sociais de luta urbana têm respondido à produção das cidades pelo capital financeirizado é, de fato, uma produção de resitência ou não, aprofundarei agora no MSTB, na sua história, no diálogo deste movimento social com o PMCMV e nas metodologias que ele tem formulado para a edificação do direito à moradia digna e do direito à cidade.

Figura 2 - Organograma explicativo do Projeto Revitalizar. Fonte: Jornal Correio, edição de 12/12/2016. Disponível em: http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/prefeito-acm-neto-lanca-projeto-para-revitalizar-imoveis-abandonados/?cHash=575f20cb2

A capital da resistência

Bandeiras ao Vento (Hino do MSTB) - Luciana Moura

A minha casa conquisto pela força,
Conquisto caminhando, insistindo em ocupar.
Vou caminhando, seguindo em movimento,
Minha bandeira ao vento
Sobe e desce sem parar.

E de mãos dadas com o meu vizinho do lado,
Me senti encorajado,
Bem mais forte pra lutar.
E num confronto, tomo das mãos do sistema
O direto a moradia, meu direito de morar.

Bandeiras ao vento,
O povo em movimento fazendo revolução.
Bandeiras ao vento,
O povo consciente fazendo revolução.

Vem companheiro, seguindo em movimento,
Este não é o momento não é hora de parar.
Organizar! Ocupar! e resistir!
Este é o nosso lema, então vamos prosseguir.

Se cai a lágrima, fica no peito a esperança,
Pois só haverá mudança se houver revolução.
O povo unido, exigindo seus direitos
que estão no artigo 6º da Constituição.

Bandeiras ao vento,
O povo em movimento fazendo revolução.
Bandeiras ao vento,
O povo consciente fazendo revolução.

O MSTB é um movimento social de luta por moradia que surge no ano de 2003, intitulado Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS). A partir da necessidade de integrar e organizar ocupações espontâneas na capital baiana realizadas e demandadas por uma grande quantidade de pessoas sem teto e desempregadas da cidade, o movimento tem sua trajetória marcada, desde o início, pelo constante uso da ferramenta que é a ocupação (Cloux, 2008).

A entrada das conjunturas nacional e estadual no contexto das eleições dos governos de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), com Lula (2002) e, posteriormente, Jaques Wagner (2006), é um dos fatores que marca, não só a conjuntura política do nascimento do Movimento, mas também a postura que ele assume frente aos dilemas impostos pelo momento. O cenário colocara, grosso modo, os movimentos que disputavam a pauta da moradia urbana no dilema tático de perpetuar as formas de ocupação como ferramenta de pressão frente aos entes estatais, ou de apostar no diálogo mais próximo com a institucionalidade e com a produção habitacional por via de políticas públicas, prática que uma considerável parcela dos movimentos de moradia soteropolitanos (e brasileiros) assumiram. De maneira contrária, o MSTB, ao produzir o seu 1º Congresso Estadual e ao mudar de MSTS para MSTB em 2004 (Cloux, 2008), afirma a importância da ocupação e do enfrentamento ao poder estatal, resultando,

inclusive, em contradições internas que acarretam na dissidência de alguns membros. O Movimento estabelece neste período formulações sobre a importância que as ocupações exercem para a manutenção de sua capacidade política.

Para as ocupações que o MSTB realiza, a construção de princípios que orientem novos eixos de relações com o espaço e com as pessoas é uma ideia extremamente importante. O Movimento utiliza como paradigma norteador desta proposição as *comunidades do bem viver*. Esta orientação política surge no sentido de construir um novo horizonte societário nos diversos espaços que o Movimento ocupa e também no imaginário das pessoas que militam nestas ocupações. A origem do bem viver está ligada a valores, experiências e práticas que questionam a noção hegemônica de desenvolvimento, enxergando na vida comunitária e na relação com os elementos da natureza novas possibilidades de construir o tecido social (Acosta, 2016). O bem viver se inspira nas tradições dos povos andinos e amazônicos, bem como em experiências históricas, como a comunidade de Canudos, de modo a enxergar nessas organizações territoriais potencialidades capazes de serem implementadas nas realidades conflitivas do século XXI.

É centrado na noção de *bem viver* que, atualmente, o MSTB organiza 36 espaços em Salvador. Existe uma diferença entre aqueles localizados no CAS e os situados na periferia da cidade. Para além da localização, estas ocupações se diferem por sua morfologia, pelos agentes de interesse direto no terreno em disputa e pela articulação com as políticas públicas. Nas ocupações da periferia geográfica, predominam terrenos abertos e não construídos, onde os agentes do mercado imobiliário possuem interesse menor nos terrenos por conta do baixo retorno financeiro destes locais, dada a desarticulação com equipamentos urbanos e instalações públicas. Nesses espaços, a propensão do governo e da prefeitura em construir unidades do PMCMV é muito maior. Nas ocupações do CAS, entretanto, predominam espaços já edificados, verticais muitas vezes, que se encontram atualmente em estágio de abandono. De maneira completamente diferente, os agentes do mercado imobiliário possuem um interesse muito grande nestas áreas, pois, como demonstrei na seção anterior, esta porção da cidade de Salvador se encontra no horizonte de extração de renda das composições imobiliário-financeiras. As políticas públicas habitacionais, como o PMCMV, não regulamentam a permanência dos ocupantes no CAS, ao contrário, levam estas pessoas

do Centro Antigo para as unidades produzidas nas porções periféricas onde estas são construídas.

A organicidade do MSTB se gesta pela Coordenação Estadual, Coordenação de Formação Política, Conjuntos Habitacionais, Ocupações e Núcleos. De maneira resumida: A coordenação estadual planeja as diretrizes do movimento de maneira ampla; A coordenação de formação política planeja como formar politicamente a base; Os conjuntos habitacionais organizam as pessoas alocadas em unidades de produzidas pelas políticas públicas como o MCMV; As ocupações organizam as pessoas territorialmente em lugares ainda não regularizados; E, finalmente, os núcleos formam o embrião daquilo que se materializará em forma de ocupação. Nesta última instância, que se reúne periodicamente, se organizam pessoas que não necessariamente possuem um vínculo com o Movimento, mas que demandam a habitação e, por isso, passam a construir a organização. É através desta estrutura organizativa que o MSTB se pauta, negando uma posição passiva diante dos agentes institucionais, acreditando que através das suas ocupações o movimento cria as bases reais para fomentar a construção do bem viver e do direito à cidade, sem, ao mesmo tempo, se rejeitar totalmente as possibilidades de realocação e moradia em unidades habitacionais provenientes do PMCMV ou de outros programas habitacionais.

Capítulo 3 | A ocupação do Núcleo Força e Luta

Para compreender e vivenciar materialmente como se plasma a tecitura das relações sociais pela proposta organizativa do MSTB, tentando observar onde e como se encaixa esta experiência no conflito entre produção de consenso *versus* produção política, me inseri em duas das suas ocupações realizando, do início de Fevereiro ao início de Março de 2017, um total de 4 incursões de campo na ocupação do Núcleo Força e Luta, e 1 na a ocupação Paraíso, em Fevereiro de 2017, na ocasião de uma assembleia da ocupação. Os vínculos estabelecidos com as duas ocupações foram distintos, pois na ocupação do Núcleo Força e Luta, que fui mais vezes, fui incumbido da tarefa de cadastrar as pessoas dos terrenos recém ocupados. Em Paraíso, entretanto, não tive nenhuma função atribuída pelo Movimento.

A importância destas incursões de campo diz respeito ao valor da produção discursiva do MSTB, que, ao negar a aproximação com os setores institucionais do governo e ao vivenciar um racha político oriundo de tal decisão, se torna muito significativa para a temática que aqui discuto. Se uma grande parte da sustentação do argumento de que as políticas públicas induzem o consenso nos movimentos sociais, hipótese que aqui defendo, se direciona às organizações que *optaram* por esta aproximação institucional, a realidade do MSTB, movimento que vivencia um processo político cujo resultado é a negativa desta aproximação, é muito elucidante para a análise tecida. As incursões de campo, nesse sentido, são um elemento vital, pois evidenciaram nos seus múltiplos elementos observados uma profunda e complexa teia de relações que, para além de versar sobre o dilema consenso *versus* política, nos fazem refletir como o posicionamento nesta questão precisa necessariamente revisitar a história brasileira e a brutalidade da desigualdade formada neste país (Rizek, 2017). Assim, para sequenciar didaticamente as minhas reflexões das incursões de campo, as divido em 4 eixos: A localização; Meu vínculo; Os horizontes da base; E os conflitos.

A localização

A ocupação do Núcleo Força e Luta está localizada nas margens da BA-526 (CIA-Aeroporto), rodovia que liga o Centro Industrial de Aratu, o município de Simões Filho e a BR-324 à Salvador. Esta localização é muito significativa, pois a apenas 400 metros da

ocupação (Figura 3), na mesma margem da rodovia, se localiza o Conjunto Residencial Bosque das Bromélias, obra proveniente do PMCMV que abriga 2400 famílias.

Figura 3 Localização do Núcleo Força e Luta. Fonte: Elaboração do autor

O Bosque das Bromélias é uma construção típica do PMCMV. Está situada em uma região completamente desprovida de infraestrutura urbana, aparentando um cenário desértico em que as unidades habitacionais se configuram como uma ilha, pois se avizinham de terrenos vazios, chácaras e alguns empreendimentos industriais. A única ligação viária que conecta o conjunto com o resto do tecido urbano soteropolitano é a BA-526, que, por se tratar de uma rodovia, não prevê o deslocamento pedestre, sendo os aproximados 6 quilômetros que separam as Bromélias (como é popularmente conhecida) do bairro de São Cristóvão (bairro mais próximo) completamente inviáveis de se realizar a pé. Além disso, a única linha regular de ônibus, a passarela que assegura

o caminhar de um lado a outro da rodovia, a iluminação pública, o transporte escolar para os jovens e crianças e a creche do Conjunto só foram estabelecidos após repetidos trancamentos da rodovia e uma ocupação da secretaria de Educação de Salvador, ações organizadas pela população residente. Ainda sim, o provimento destes serviços se deu de maneira muito lenta e de baixa qualidade. O retrato mais evidente desta situação é a logística informal de mobilidade criada para atender as demandas das Bromélias. Atualmente circulam vans clandestinas, denominadas de "ligeirinhos", que fazem o trajeto pela BA-526, conectando o Bosque das Bromélias ao bairro de São Cristóvão. Como a nomenclatura evidencia, esta modalidade é mais rápida, passa mais vezes e é uma exata materialização do *jeitinho* que a necessidade do povo pobre dá diante do *jeitão* das classes dominantes, representadas pelo poder público soteropolitano que não prevê as mínimas condições adequadas de mobilidade urbana (Oliveira, 2012). Na mesma direção dos jeitinhos e jeitões que as incursões de campo evidenciaram, foi questionando algumas pessoas em um ponto de ônibus sobre onde encontrava um destes "ligeirinhos", que conheci aleatoriamente uma das moradoras do Bosque das Bromélias. Ela confirmara a localização do ponto, mas observava que não me acompanharia, pois aguardava o motorista da linha oficial que a conhecia pessoalmente e, por isso, permitiria que ela entrasse sem pagar a tarifa, pois sabia da sua condição de desemprego[11].

***

O MSTB possui uma relação direta com o Bosque das Bromélias. Dois dos blocos em que estão separadas unidades do conjunto foram diretamente destinadas ao Movimento. Este vínculo aconteceu após a realocação de famílias oriundas de outra ocupação que o MSTB realizara no Subúrbio Ferroviário. Por falta de condições de permanência das pessoas no local, a Prefeitura propôs a realocação destas pessoas para as unidades do Bosque das Bromélias. Assim é que muitos militantes do MSTB passaram a habitar a área. Uma destas pessoas é Elaine, mais conhecida como Lôra, coordenadora estadual que liderou o processo de ocupação da Secretaria de Educação da Prefeitura e que se conforma enquanto uma das maiores referências político-organizativa das Bromélias.

[11] Tem-se aqui, uma descrição categórica de um exemplo que materializa a espoliação urbana definida por Lúcio Kowarick (1979).

De acordo com Lôra, mais da metade dos imóveis entregues pelo MCMV no Conjunto foram vendidos a outras pessoas ou estão sob a forma de aluguel, infringindo as normas estabelecidas pelo contrato do Programa. Segundo a coordenadora, nem a Prefeitura nem a Caixa aparentam regular muito esta condição. A montagem deste quadro evidencia uma completa falta de preocupação dos agentes públicos no cumprimento da função habitacional do Programa, confirmando as teses apresentadas pela literatura que indicam um foco desproporcional na questão da produção de moradia enquanto horizonte financeiro (Camargo, 2016). Além disso, esta condição de comercialização e aluguel dos imóveis tem produzido um cenário paradigmático para a análise que construo. Segundo Lôra, o agravamento das taxas de desemprego e de vulnerabilidade social crescentes tem afetado muito a população residente do Bosque das Bromélias. Estas condições têm dificultado sensivelmente a permanência das pessoas nas unidades habitacionais, preconizando os elementos que suscitam a formação de um novo Núcleo do MSTB, tarefa que a própria Lôra constrói enquanto coordenadora localizada no Conjunto. É esta a trajetória apresentada pelo Núcleo Força e Luta que tem em sua formação uma quantidade significativa de pessoas oriundas do Bosque das Bromélias, as quais não podem mais arcar com o preço dos alugueis informais. Assim, a proximidade física da Ocupação deste Núcleo iniciada em 27/11/2016 com o Conjunto Residencial não é meramente acidental, ela é a evidência mais forte do fracasso do PMCMV enquanto política habitacional por não garantir a permanência das pessoas contempladas pelo programa nos lugares onde são destinadas. O que vemos pelo exemplo aqui descrito é o Programa fomentando outros tipos de exclusão habitacional que obrigam as pessoas a buscar novas formas mais precarizadas de moradia, como é a Ocupação do Núcleo Força e Luta.

Meu vínculo

Até o início de Fevereiro, a Ocupação do Núcleo Força e Luta estava em um período de consolidação. Os 65 lotes abertos ainda não estavam totalmente ocupados e as famílias ainda careciam de infraestrutura sanitária e hídrica. No momento em que fui pela primeira vez na ocupação, a ordem do dia era a audiência de reintegração de posse que Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) havia marcado, impondo ao MSTB um ritmo de estabilização das condições da ocupação grande. Nesse sentido, o vínculo

que estabeleci com a ocupação foi estruturado pela tarefa a mim delegada de realizar o cadastro das famílias ocupantes, para levantar as informações pertinentes e delimitar especificamente para o Movimento quem eram as pessoas responsáveis por cada lote. Uma das cópias da ficha de cadastro é o apêndice A deste trabalho.

O cadastramento das famílias me fez entrar em contato com os mais diversos perfis de ocupantes. Pude perceber uma grande variedade de níveis de envolvimento com o MSTB que cada indivíduo construía e quais as perspectivas cada um apresentava. Estas minúcias deixo para apresentar na próxima seção. Agora, me atenho a demonstrar 3 das variadas categorias de informações que recolhi durante as entrevistas e que evidenciam melhor o perfil dos membros da Ocupação. São elas: A naturalidade, a localidade onde morava antes da Ocupação do Núcleo Força e Luta e a situação empregatícia das 65 famílias ocupantes. As outras categorias deixei de lado por não apresentarem muita significância na temática aqui discutida, sendo mais relevantes especificamente ao Movimento.

Tabela 2 – Naturalidade dos ocupantes do Núcleo Força e Luta

Bahia		Outros estados
94,12%		5,88%
Salvador	Interior do Estado	
52,9%	41,22%	

Fonte: Elaboração do autor

Tabela 3 – Localidade onde morava antes da Ocupação

Bosque das Bromélias	Outros bairros	Outra cidade
67,65%	32,35%	0%

Fonte: Elaboração do autor

Tabela 4 – Situação empregatícia

Desemprego e trabalho informal			Emprego formal		Aposentadoria ou auxílio doença
67,65%			29,41%		
Bolsa Família	Ambulante	Nenhuma renda	Salário > R$ 1000	Salário < R$ 1000	
29,41%	11,76%	20,6%	8,82%	20,59%	8,82%

Fonte: Elaboração do autor

A leitura dos dados nos faz perceber que o perfil das pessoas que ocupam os lotes tem uma tendência: Naturalidade baiana, moradia anterior no Bosque das Bromélias e situação atual de desemprego. É interessante pontuar a expressiva porcentagem de pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família, pois assim obtemos indícios de como se gesta a relação deste perfil de ocupantes com o Estado, ideia chave para compreender melhor a discussão sobre políticas públicas aqui levantada. Ressalto que uma das falhas do cadastramento foi não ter levado em conta a identidade racial dos entrevistados.

Por fim, coloco uma observação que me marcou muito ao realizar a tarefa do cadastramento dos ocupantes. Por mais que eu tenha sido apresentado na assembleia da ocupação enquanto um agente completamente externo aos órgãos institucionais, sendo alguém próximo ao MSTB e, por isso, mais para dentro do Movimento do que para fora, a maneira como os ocupantes me enxergavam evidenciava um vislumbre no preenchimento do cadastro desproporcional às implicações materiais dele. Observo que todas as vezes em que minha presença era percebida na ocupação, as pessoas prontamente já formavam filas. Além disso, a eventual falta de documentos que a ficha cadastral exigia, provocava uma angústia muito grande nas pessoas, fazendo com que elas providenciassem de maneira desesperada estas fontes de informação faltantes. Nesse sentido, afirmo que este preenchimento da ficha cadastral, realizado por uma pessoa desconhecida (independente se ela está vinculada à organização ou não), simbolizou e simboliza para estas pessoas, despossuídas de quaisquer garantias institucionais, um passo significativo para a obtenção da sua casa, haja vista, esta é a tradicional maneira como a inserção do Estado se dá na vida destas pessoas. Mesmo ela tendo, no caso em questão, uma significância absolutamente subjetiva, pois o cadastro realizado tinha a função meramente organizativa do próprio movimento, desconexo de qualquer avanço material. Tento apontar aqui algumas aproximações que este comportamento pode indicar.

É possível, em uma análise mais ortodoxa, sugerir que este tipo de leitura acerca do preenchimento de um cadastro evidencia uma conduta inerente à fração da classe trabalhadora precarizada que, na ótica de Paul Singer (1981, p. 22), se encontram os ocupantes do Núcleo Força e Luta: o subproletariado. Entretanto, a conexão que este autor faz desta categoria com a ideia de destituição "das condições mínimas de participação na luta de classes" se demonstra inapropriada. Aparenta-se mais pertinente qualificar este comportamento como um reflexo da sociabilidade política das classes

dominadas brasileiras, haja vista, a violência permanente do estado autocrático que aqui se constitui, como já comentei nos capítulos anteriores, submete o povo brasileiro a esta constante relação expúria de enxergar nos agentes externos e superiores a possibilidade de materialização dos seus desejos e necessidades (Barros, 2012; Fernandes, 2005). De maneira genérica, esta perspectiva, à luz do que Barros e Fernandes trazem, parece similar ao que define Singer, pois ambas as interpretações se fundam na noção de um comportamento de origem classista. Contudo, o determinismo aparente da ideia de Singer invalida o processo de subjetivação política que a própria inserção em um movimento de moradia pode forjar. Pois, ao aproximar o subproletariado à condição de destituição das condições mínimas de participação na luta de classes, a dialética do horizonte transformador que a vinculação dos ocupantes ao Movimento Sem Teto da Bahia proporciona é ignorada. De maneira oposta, o entendimento desta situação enquanto resultado de uma formação histórica coloca esta sociabilidade de herança coronelista enquanto um desafio constituinte da construção da luta de classes por estas pessoas, afirmando o potencial político desta fração de classe. Permito-me afirmar que esta chave interpretativa é central para compreender o papel das políticas públicas na produção de um consenso, mas a completude desta ideia ainda carece das observações subsequentes.

Os vínculos e horizontes da base

No mesmo sentido de observar o vínculo estabelecido por mim com a Ocupação e com o MSTB e entender como a base se comporta diante desta relação, é necessário refletir sobre como a própria base lida com o seu vínculo com o Movimento, e quais horizontes ela enxerga construindo a Organização. Esta seção trata disso.

Com o intuito de compreender holisticamente as diferentes relações construídas na Ocupação e, assim, evitar o enviesamento programático que a posição de direção assume em um movimento social, entrevistei pessoas que compuseram um espectro variado referente à postura que assumem diante do MSTB (dos os mais próximos à organização aos mais distantes dela). As 5 entrevistas semi-conduzidas que fiz se estruturaram pelas seguintes temáticas:

1. Naturalidade, profissão e trajetória domiciliar
2. Como conheceu o MSTB?
3. Qual é o vínculo organizativo estabelecido?
4. O que mudou na vida após a organização no MSTB?
5. Melhor resolução habitacional: Concessão do terreno ocupado ou unidade pronta do PMCMV?

Abaixo, pontuo o que os relatos dos ocupantes permitem compreender sobre a temática discutida nesta seção.

1. Neste ponto introdutório, os padrões evidenciados nas estatísticas apresentadas na seção anterior são confirmados. Todos os entrevistados têm naturalidade dividida entre o interior da Bahia e Salvador, apresentando uma transitoriedade territorial muito grande, seja nas trajetórias que passaram por outros municípios, ou na história traçada dentro da cidade de Salvador. Este padrão tem como plano de fundo a situação de desemprego e trabalho informal em que os entrevistados e entrevistadas se encontram, de modo que a necessidade de evasão das últimas residências se dá pela incapacidade de arcar com o preço dos alugueis pagos. A mudança é algo permanente na vida destes cidadãos e cidadãs.
2. O processo de conhecimento do MSTB é variado. Alguns já haviam participado da construção de outras ocupações anteriormente, outras tinham familiares participando do MSTB e uma das entrevistadas se ligou ao Movimento por estar morando de aluguel no Bosque das Bromélias.
3. Existe um motivo central que mantém o vínculo organizativo com o Movimento: a necessidade de obtenção de uma moradia. Esta não é nenhuma surpresa, pois é a pauta reivindicatória fundamental pela qual os militantes se organizam no MSTB, e as entrevistas deixam isso bem claro. Entretanto, os relatos coletados qualificam este vínculo com características elucidantes para a discussão aqui traçada. Observo a necessidade pontuar a centralidade que Lôra, a coordenadora estadual que lidera a Ocupação, cumpre na manutenção deste vínculo organizativo, de modo que a interpretação dos ocupantes sobre papel que esta liderança exerce demonstra como os militantes da base têm dificuldade de se auto-identificar enquanto agentes de mudança.

- Como foi que você conheceu o MSTB?

> - Através de Lôra. A gente conheceu **o movimento dela, viu que é tudo certinho, tudo organizado**, e ai a gente resolveu fazer parte do **partido** dela.
> - Mas você se sente parte do Movimento?
> - Sinto, "véi", com certeza. Desde quando eu já comecei a **fazer o movimento de Lôra**, eu já me senti parte do Movimento. (...) Eu tô aqui, né, vei, pra qualquer um que precisar da minha ajuda, do meu apoio, eu tô rente (Diquinho, 34. Grifo meu).

Esta passagem demonstra com clareza como o entrevistado repetidamente associa Lôra à detentora do Movimento, além de aproximar o MSTB à classificação de partido, demonstrando uma falta de clareza da estrutura e do papel que a Organização cumpre. De maneira análoga, esta perspectiva personalista se afirma com a retórica amplamente difundida em toda a ocupação e reproduzida em quatro das cinco entrevistas, que se refere em todos os momentos à possibilidade promovida pelo MSTB de fazê-los "**ganhar** uma casa" (grifo meu). A ideia de ganhar coloca obrigatoriamente a presença de um agente doador, sendo oposta à noção de habitação enquanto direito que o próprio Movimento reivindica. Assim, estas evidências discursivas nos apontam para uma dificuldade dos membros da base do MSTB em estabelecer vínculos políticos ao invés de pessoais, evidenciando uma compreensão organizativa deficiente, que enxerga o Movimento como um mero mediador no processo de ganho de casa, e não como uma ferramenta de enunciação dos direitos. A máxima desta observação se materializou quando, no meio de uma das entrevistas com Lôra, um dos ocupantes, trajado com a camisa do MSTB, pediu a ela que dissesse qual era o nome do movimento do qual ele participava. A demanda vinha da funcionária de uma *lanhouse* que auxiliava o ocupante a fazer o seu cadastro no *website* do PMCMV.

4. No que se refere à mudança na vida das pessoas após a organização no MSTB, todas as entrevistas foram muito enfáticas na estabilidade que o Movimento traz à vida dos ocupantes. Seja ela material ou psicológica. Para as pessoas entrevistadas, só o fato de "poder sonhar com a casa própria" já é uma grande conquista. Além disso, a organização no MSTB demonstra criar uma rede de relações que avança na garantia de alguns direitos básicos. Vejamos como um trecho de uma das entrevistas reflete isso:

> - O que você acha que Mudou na sua vida antes e depois do MSTB? Mudou alguma coisa?

> - Mudou. Só em você saber que você tem agora uma moradia... Antes eu pagava um mês [de aluguel] e já ficava preocupada com o outro, com as despesas de luz, de água, alimentação… Meu pai tinha um problema, ele não era aposentado. Aí daí que eu conheci Lôra, ela que ajudou a aposentar painho. Hoje, painho é aposentado porque ela que ajudou. Tudo isso, se eu não tivesse no movimento, nada disso tinha acontecido. (Daniela, 32)

Um último aspecto que vale ser ressaltado aqui foi a contribuição que duas ocupantes, extremamente jovens, 19 e 18 anos, que dividem um lote colocaram ao comentar as mudanças que o MSTB trouxe à vida delas. Considero essa passagem muito particular por ser dissonante da lógica personalizada que comentei no item 3 e que aparenta ser a ótica da grande maioria dos ocupantes.

> - O que é que mudou na vida de vocês depois de entrar no MSTB?
>
> (B) – Rapaz, se eu fosse falar por mim, mudou totalmente a visão de tudo, tudo, tudo!"
>
> - Como assim?
>
> (B) – Eu nunca imaginava estar em uma ocupação, porque, como eu sempre tive casa própria na minha família, eu nunca imaginaria que estaria aqui. A visão das pessoas que eu convivo mudou, eu vejo as pessoas aqui diferentes agora. Eu poderia ter uma visão um pouco ruim delas, e agora eu tenho uma visão melhor, **eu vejo elas como pessoas esforçadas, guerreiras,** assim… **Que lutam pelo que querem.**
>
> – Você falou que nunca imaginou que estaria em uma ocupação por ter vindo de casa própria. O que foi que te fez vir?
>
> (B) - Eu precisava ter a minha própria **conquista**. (…) É assim que a vida é, né? Tem que **crescer e conquistar** as próprias coisas.
>
> - E tu?
>
> (F) – (…) Acho que a mudança foi quando eu morei com a minha mãe, na outra ocupação. A mudança que ela [Bianca] está passando eu passei lá; **a minha visão do mundo mudou desde lá**.
>
> - Vocês falaram que a visão de mundo de vocês mudou, mas vocês falaram só de moradia. Só que o mundo é maior que a moradia, ou não?
>
> (F) – (…) **A gente fala no mundo é porque a gente vê, no caso, mudança nas pessoas. Se quem faz o mundo são as pessoas, né? A gente vê mudança nas pessoas…** (Bianca, 19 e Franciane, 18. Grifos meus).

Os ditos das jovens ocupantes contrariam a posição da maioria dos seus companheiros e de suas companheiras. Elas demonstram com clareza que a entrada no MSTB as propiciou uma alteração na ideia de direitos e na capacidade política que elas, enquanto cidadãs, podem assumir. Evidenciam, ao usar a noção de conquista, o

potencial de alteração da correlação de forças que o ato de se organizar permite, construindo uma perspectiva que evidencia uma sólida elaboração do processo de subjetivação política (Rancière, 1996) pertinente à luta por moradia.

5. Ao inserir o tema deste último item, me propus a investigar um dos impactos que a lógica do PMCMV demonstrava ter influenciado na dinâmica do MSTB: O ideal de melhor alternativa habitacional desejado pelos militantes da base. Esta ideia teve origem nas pequenas percepções que tive ao longo do acompanhamento da Ocupação. Observei que muitas pessoas associavam a inserção no MSTB à realização do cadastro no PMCMV, de modo que confundiam ambas as ações (como evidencia o caso do militante não associava o nome "MSTB" escrito na sua própria camisa ao movimento que precisava ser inserido na sua ficha cadastral). Contraditoriamente, o ideário empregado pelo Movimento está fundamentado na negativa de operação direta das políticas públicas institucionais, sendo o PMCMV o maior representante destas no campo de atuação da Organização em questão. Sendo assim, para conseguir qualificar de que maneira a hipótese de políticas públicas indutoras da ação consensual se coloca (ou não) na agenda do MSTB, procurei perceber nas narrativas das entrevistas, através de uma antítese reducionista, qual era o desejo maior destes ocupantes: Se preferiam ser alocados em unidades do PMCMV ou se preferiam que o terreno que estivessem ocupando passasse a ser deles.

O resultado da discussão desta temática nas entrevistas foi igualmente contraditório. Absolutamente todos os entrevistados indicaram que a opção viável era o "apartamento do MCMV". Contudo, todos eles se justificaram argumentando que a vontade inicial era a de construir uma casa no terreno, mas o volume alto de custos com "material e mão de obra" inviabilizava esta opção, afinal,

> "o apartamento, a gente já pega ele pronto" (Diquinho, 34).

Podemos identificar 2 elementos centrais nesta postura. O primeiro é que os militantes da base demonstram desconhecer a modalidade Entidades do PMCMV, fato que dialoga perfeitamente com a postura assumida pelo MSTB em se negar à construção de sua política pelos vínculos institucionais. O segundo elemento advém da maneira de articulação das respostas construídas pelos entrevistados. O depoimento deles evidenciou uma unicidade discursiva, demonstrando que ocupam o terreno exclusivamente para receber um "apartamento do MCMV". Esta ideia fica muito clara no seguinte trecho:

> - Desde que você conheceu o MSTB, mudou alguma coisa na sua vida?
> - Mudou. Só em eu estar no Movimento, guerreando **atrás de um apartamento**, eu acho que já mudou 100%. Só em a gente **ter nosso apê**, nosso lazer, nosso lar, eu acho que é tudo. (...)
> - O que é que você busca no MSTB?
> - Eu busco, **em primeiro lugar, meu apartamento**, que significa muito pra meus filhos. Eu tenho 3 filhos. Eu tendo, eles têm. Tem como passar uma chuva, uma temporada... (Diquinho, 34. Grifos meus).

Assim, pelo que revelam as entrevistas, o "apartamento" se demonstra como a única modalidade habitacional viável no imaginário dos entrevistados, se constituindo, assim, como maior objetivo da ocupação. Isto corresponde a um dos sentidos que o MSTB tem dado a algumas ocupações que vem realizando: Utilizá-la de maneira intencionalizada como ferramenta de pressão ao Estado, objetivando a realocação dos ocupantes em unidades do PMCMV. Contudo, esta noção recebe críticas da direção, que compõe um cenário conflitivo conjuntural que passa o Movimento. Este é o tema da próxima seção, que encerra o capítulo e nos possibilita avançar para as conexões das incursões de campo com o questionamento da hipótese que sustento.

Conflitos

Esta seção se dedica a uma das conversas que tive com Lôra, a coordenadora da Ocupação do Núcleo Força e Luta, e Wagner, advogado que auxiliava a consolidação da Ocupação referida e que assessora o MSTB como um todo. De acordo com a liderança do Movimento, ela estava passando por um momento de frustração pessoal oriundo da progressiva perda de vontade de construir ocupações que a base estava demonstrando. Segundo Lôra, "as pessoas, agora, só querem saber de receber o apartamento pronto. Não querem saber mais de ocupar". Esta observação diz respeito a um dos maiores conflitos que observei acontecer na Ocupação: Ainda havia um número significativo de lotes onde os seus titulares não pernoitavam, retornando durante à noite para os lugares que habitavam previamente. Para Lôra, isso significava um problema muito grande, pois enfraquecia a ocupação e demonstrava que "a pessoa não está precisando [do lote] de verdade". Este posicionamento resultava em intensas discussões verbais entre os ocupantes, além de acarretar retaliações por parte da coordenadora, que adiou o

cadastramento destas pessoas que não passavam a noite na ocupação até realizar uma conversa pessoal com cada uma delas.

Para Wagner, o horizonte de construir uma ocupação com foco na realocação em um apartamento pronto criou na base uma "cultura do MCMV" ao longo do tempo do Programa, que hoje é fator de grande influência na construção da perspectiva das pessoas Sem Teto. De acordo com o advogado, esta "cultura do MCMV" se trata de um tipo de comportamento que esvazia o sentido político da ocupação, de modo a encará-la como mais um dos procedimentos necessários à obtenção do apartamento do MCMV. Lôra, inclusive, afirmou em uma das entrevistas que realizei com ela que muitas pessoas que fizeram parte da construção do Núcleo Força e Luta deixaram de a realizar ao longo dos seus 3 anos de gestação, pois tinham entrado na fase de feitura do dossiê[12] do Programa. Ela apontara, entretanto, que o contexto de golpe institucional parlamentar que sofreu o Brasil em Maio de 2016 e o consequente "fim do MCMV"[13] faria com que as pessoas "voltassem atrás" de construírem ocupações.

O que podemos perceber pela situação retratada é que, para além do conflito operativo de permanecer de fato na ocupação ou não, existe um outro conflito de natureza política. A direção, cumprindo o seu papel de orientar as diretrizes do Movimento, cria um tensionamento para que a Ocupação se fortifique, no intuito de edificar as potencialidades dissensuais que esta ferramenta apresenta, mesmo ela sendo deliberadamente forjada para funcionar como instrumento de pressão na realocação das pessoas ocupantes em unidades habitacionais prontas. Este esforço demonstra encontrar barreiras na "cultura do MCMV" que tem influenciado o imaginário reivindicatório dos militantes Sem Teto, os estimulando a uma redução política da questão da provisão habitacional pelo Estado que, por se limitar ao "ganho do apartamento" sob quaisquer condições, demonstra negar o processo holístico de *conquista* das suas moradias. De maneira simplista, poderíamos categoricamente afirmar, por esta ótica, que o PMCMV afeta a agenda política do MSTB e dos movimentos de moradia em geral, produzindo, sim, um consenso, afinal demonstra enfraquecer a capacidade política de uma das ferramentas mais centrais para estas organizações que é a ocupação. Contudo, a brutalidade da desigualdade social brasileira apresenta

[12] O dossiê é o documento que se faz na fase imediatamente anterior à entrega das casas do PMCMV
[13] A ideia de "fim do MCMV" coaduna com a perspectiva política e análise de conjuntura que apresenta o MSTB, refletindo um recrudescimento dos horizontes dos movimentos sociais que o momento político imputa. Esta consideração se faz necessária por conta deste "fim" do Programa não estar oficialmente decretado.

fundamentos basais que não negam por completo esta tese, mas colocam ponderações estruturais para uma compreensão adequada da situação, porque entender o quadro de inserção do PMCMV no conflito dissenso *versus* consenso numa perspectiva de dualidade essencializada, à luz dos relatos de campo aqui evidenciados, se comprova enquanto um equívoco. Deste modo, a necessidade de conectar as dimensões desta conclusão com as postulações teóricas que coloquei nas páginas iniciais deste trabalho nos faz caminhar para o capítulo final.

Capítulo 4 | Conexões

O paradigma da financeirização das cidades traz consigo elementos que configuram um momento histórico particular da expansão capitalista pelo mundo. Como afirmei aqui neste trabalho, a reestruturação produtiva dos anos 1970 e a trajetória do neoliberalismo na periferia do sistema são exemplos destes elementos que, junto com a financeirização, compõem distintas nuances do cenário global que se enseja e que, não por coincidência, tem impactos diretos na dinâmica de produção do espaço. Assim como explica a teoria da expansão imperialista, a reprodução do capital se dá pelo avanço geográfico das formas de acumulação primitiva, as quais submetem a existência do povo pobre e marginalizado às diversas formas de espoliação urbana que marcam determinam suas trajetórias e subjetividades na cidade. Desta maneira, a financeirização do espaço urbano se demonstra enquanto o dispositivo deste projeto hegemônico que transforma a terra urbana em ativo financeiro, acirrando as desigualdades, estimulando a transitoriedade, produzindo monopólio, e finalmente, contando centralmente com o papel do Estado para operar tudo isso. Destaca-se aqui, a transformação da América Latina em laboratório de políticas públicas dos agentes neoliberais.

A gestação de resistências ao avanço desta agenda de dimensões globalizadas, para o caso brasileiro, é um tema de profunda relevância, especialmente quando correlato à formulação das políticas públicas. Haja vista, a evidente a incapacidade política que a experiência do lulismo demonstrou ter para superar a inserção do neoliberalismo nos coloca diante de um cenário de diversas contradições, pois, como a própria literatura acadêmica brasileira aponta, as políticas públicas que marcaram o período desta aposta organizativa de esquerda se conformaram enquanto vetores de inserção do capital internacional, agenciando, concomitante, a ação dos movimentos sociais na operacionalização destes programas de governo. Assim foi com o setor da habitação, que teve, simultaneamente, o PMCMV enquanto via de inserção dos circuitos financeirizados na produção do espaço e como horizonte político de um número significativo de movimentos sociais que disputavam historicamente a pauta urbana. É assim que se constrói o contexto da hipótese levantada por este trabalho, que coloca, dentro do cenário da financeirização da produção do espaço, a neutralização da capacidade política dos movimentos sociais oriunda da relação destes com as políticas

públicas, por entender que este agenciamento fomenta formas de consenso opostas à noção de política que aqui se defende.

A experiência soteropolitana e a postura do MSTB aparecem exatamente como elementos elucidantes deste cenário, pois eles apontam para diversos aspectos que qualificam a problemática aqui apontada com perspectivas de análises peculiares, que, exatamente por isso, nos permitem aumentar a abrangência da compreensão do fenômeno da financeirização das cidades.

O primeiro aspecto que atento, é o caráter da financeirização na cidade de Salvador. Diferente do que geralmente se observa no Brasil, a formação dos bancos de terra na cidade não se deu pelas construtoras típicas do PMCMV. Na capital baiana, como demonstra o estudo realizado por Mourad, Figueiredo & Baltrusis (2014), os agentes financeirizados apostam na geração de capital fictício pela exploração do patrimônio histórico-cultural que apresenta a urbanidade do CAS, região onde estes agentes têm demonstrado grande interesse e onde tem adquirido grandes porções de terra. Um corolário disso, à priori, seria o não envolvimento do PMCMV geração de mercado para o capital financeirizado em Salvador. Contudo, a prática nos mostra o contrário, pois a tipologia do MCMV tensiona a presença da população pobre no CAS, por, obrigatoriamente, realocar a população contemplada no programa nas periferias da cidade. Percebe-se esta contradição pela própria ação do MSTB em dividir metodologicamente as suas ocupações entre ocupações na região central da cidade e ocupações na região periférica. O Movimento, ao tomar tal atitude, enxerga os diferentes contextos que enfrentam as ocupações, evidenciando que aquelas realizadas no CAS vivem uma disputa pela utilização do território muito maior. Assim, a existência do PMCMV enquanto alternativa habitacional (e de programas do poder público como o Revitalizar) para a população sem teto, nesse contexto, vai funcionar como um vetor de realocação destas pessoas habitantes do CAS em ilhas urbanas precarizadas na periferia da cidade, como é o Bosque das Bromélias. Haja vista, a lógica empreendida pelo Programa não permite tipologias habitacionais que se adequem à realidade do CAS, de modo que a operação desta política pública habitacional vai funcionar exatamente como um mais um instrumento de remoção da população pobre das regiões soteropolitanas onde o capital financeiro demonstra interesse. O que descrevo aqui, portanto, é uma dimensão do PMCMV muito importante, pois revela os seus impactos na inserção do capital financeiro em instâncias além da tradicional proporção securitizada de formação

de bancos de terra. O Programa se demonstra enquanto manutencionista das desigualdades socioespaciais, confirmando-se, portanto, a necessidade de entender ele e

> a produção dos números relativos à moradia (...) como dispositivo[s] – isto é como um conjunto de saberes, discursos, dimensões que se entrelaçam a práticas e que, ao produzir saberes, regimes de verdade e formas de leitura, produzem sujeitos e agenciamentos (Rizek C. , 2017)

A ideia de se contrapor à realocação da população do CAS pelo PMCMV caminharia para a alternativa de negação total do Programa por parte do MSTB. De fato, a permanência incontestável de ocupações organizadas por este movimento social seria um impeditivo dissensual forte para a expansão hegemônica dos agentes financeirizados. Contudo, a perspectiva apresentada pelos militantes da base do Movimento nos aponta para um segundo aspecto de grande importância revelado pelas incursões a campo. Me refiro aqui, especificamente, ao conflito político exacerbado pelo MSTB sobre a ideia de "cultura do MCMV" expressa pelos ocupantes do Núcleo Força e Luta. De volta às noções demonstradas no fim do capítulo anterior, afirmo que o horizonte político da base se reduz "ganho do apartamento" pois ele está determinado por condições que não permitem o desvencilhamento do MSTB com o PMCMV. Afinal, a condição sob o qual a população sem teto de Salvador está submetida é produto histórico da "existência ambígua e marginal" (Fernandes F. , 2008, p. 35) que a urbanidade brasileira proporcionou às massas do país. A peculiaridade da formação soteropolitana intensifica este quadro por estarmos tratando da capital negra e da capital do desemprego do Brasil. Deste modo, a provisão habitacional a qualquer custo é o maior interesse do cidadão ou da cidadã sem teto que tem a sua permanência no espaço enquanto uma zona cinzenta, pois a moradia, independente de onde esteja, seja apartamento ou terreno, se conforma enquanto uma garantia de importância ímpar para estas pessoas. Assim, o que podemos concluir é que, mesmo para o MSTB, movimento que mantém a ocupação enquanto ferramenta política fundamental de sua ação, negar a alternativa da provisão habitacional pelo PMCMV é uma impossibilidade, pois a carência de garantias na vida do subproletariado demanda uma urgência que consegue ser contemplada pela existência do Programa. Justifica-se, assim, a adoção do PMCMV por parte dos movimentos sociais pela brutalidade da desigualdade social brasileira que produz discrepâncias fundamentais na nossa sociedade, a ponto de contemplar demandas dos movimentos sociais pela alternativa neoliberal, inserindo tais Organizações na operacionalização desta modulação empreendida com o mercado e com

o Estado. O que observamos aqui é a perpetuação da modernização conservadora enquanto fundamento da sucessão histórica brasileira; práticas do ornitorrinco (Oliveira, 2003).

É centrado nesta noção de um aporte histórico que densifica a relação dos movimentos sociais com as políticas públicas que, ao fim, pondero a hipótese deste trabalho. Aponto para uma necessidade de sair do reducionismo puro e simples que afirma o PMCMV e a constelação de políticas públicas enquanto produtores **apenas** de consenso. Ao invés disso, proponho a leitura da articulação com a institucionalidade enquanto a produção de um *espectro de dissolução do tensionamento político* que, por excelência, reconhece a existência desta articulação enquanto "dispositivo" produtor da "modulação" consensual entre o Estado, o mercado e os movimentos sociais (Rizek C. , 2017) (Rizek, Amore, & Camargo, 2014), mas que enxerga na dialética desta construção, sim, possibilidades de fissuras. A existência enquanto espectro é construtiva pela possibilidade de pendular, ora para o consenso, ora para o conflito. E a pendulação para o conflito pode ser enxergada pelos avanços estruturais produzidos pelo MSTB, evidenciados no discurso dos ocupantes do Núcleo Força e Luta sobre "o que mudou na vida após a organização" no Movimento (item 4). Me refiro à estabilidade, material e psicológica, que estas pessoas indicam conquistar ao comentar do seu processo de organização. Este é um avanço de dimensões extremamente profundas para a fração de classe que se organiza no MSTB e entender o seu caráter é essencial para transcender o dualismo de consenso *versus* dissenso. Pois, se por um lado, o MSTB estabelece uma relação inexorável com o PMCMV de modo a reduzir o horizonte político dos ocupantes ao "ganho da casa", a possibilidade de "sonhar com a casa" e o exercício de ocupar um terreno, para a história de incertezas em que são submetidas estas pessoas, é também uma produção dissensual de subjetivação política e de avanço material das suas condições de vida. Assim, a provocação trazida pelo título do trabalho, se o vivemos um momento de porosidades e resistências **ou** de produção de consenso na fase da produção urbana financeirizada, deve ser complexificada para que possamos entender as múltiplas camadas que esta oposição esconde. Todavia, esta conclusão não significa afirmar por correta a posição de operacionalização irrestrita do PMCMV[14]. Muito pelo contrário, a complexificação que aponto necessária se propõe a diagnosticar uma das

[14] Ressalto a importância da postura do MSTB em manter as ocupações enquanto ferramenta fundamental, pois a pura adoção ao PMCMV não fomentaria a importante formulação urbana que são as ocupações deste movimento social no CAS.

qualidades da formação histórica brasileira que deve ser incorporada na agenda política dos movimentos sociais, de modo a promover uma superação do imobilismo instituicionalizado experimentado no período lulista. Pois, a maior contradição do avanço material desta dita estabilidade é carregar o grau de sofisticação da composição de ornitorrinco que tem a brutalidade do estado autocrático brasileiro, este formado pela adoção "do capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema" (Oliveira, 2012).

Considerações finais

As páginas deste trabalho expuseram nuances de uma formação urbana brasileira extremamente complexa. A chamada crise urbana que enfrentamos demonstra ser resultado de todo um processo histórico que se materializa em violência e desmonte de direitos, como a moradia. A consonância desta realidade com a fase do capitalismo após a sua reestruturação produtiva expõe a hegemonia deste processo de acumulação de capital, que toma dimensões cada vez mais amplas no globo.

A investigação sobre a experiência do MSTB e a sua relação com o PMCMV se deu com o objetivo de compreender possibilidades de enfrentamento real deste cenário que está imposto. Assim, as conclusões obtidas revelam que a pós-democracia teorizada por Rancière (1996) ainda não se concretiza a ponto de debelar por completo as possibilidades de inserção de elementos litigiosos, de modo que possibilidades de fissuras existem. Existem, mas se acompanham de uma produção consensual pelos agentes hegemônicos e pelo Estado vigorosa, evidenciando um grande desafio para o os movimentos sociais na construção de um novo paradigma urbano.

Assim, a gestação massificada de "porosidades, resistências e quebras de consenso" (Rolnik, 2015) nas cidades é uma tarefa que exige bastante atenção, especialmente após o golpe parlamentar de maio de 2016 e o seu consequente recrudescimento do espaço político das organizações populares. Pois, diferente do que propôs Rolnik (2015), não estamos vivemos uma ascensão da luta de classes nas cidades – a prova factível está na desproporção das Jornadas de Junho em relação às manifestações que tentaram barrar o golpe comentado. Então, para que a brutalidade da desigualdade social brasileira possa ser superada, deve-se construir uma alternativa política que esteja imersa nas contradições regentes da formação histórica do nosso País

e centrada na politização do anseio das massas. As cidades, resgatando Lefevbre, devem ser centrais para a síntese política deste horizonte societário dissensual.

Referências Bibliográficas

Aalbers, M. B. (2016). *The Financialization of Housing: A political economy approach.* Routledge.

Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.* São Paulo: Editora Elefante.

Andrade, A. B., & Brandão, P. R. (2009). *Geografia de Salvador.* Salvador: Edufba.

Arendt, H. (2007). *A condição humana.* São Paulo: Forense Universitária.

Barros, J. d. (2012). *Participação popular em Belém - A experiência do Congresso da Cidade e do Orçamento Participativo e a sociabilidade política brasileira.* Tese de Doutorado. FFLCH-USP. São Paulo.

Bonduki, N. (1994). *Origens da habitação social no Brasil.* São Paulo: Tese de Doutorado. FAU USP.

Bonduki, N., & Rolnik, R. (1979). *Periferias - Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho.* São Paulo: FAUUSP - Fundação para Pesquisa Ambiental.

Camargo, C. M. (2016). *Minha Cama Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios.* São Carlos: Tese de Doutorado. IAU - USP.

Carvalho, I. M., & Borges, Â. M. (Novembro de 2014). A região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. *Salvador: transformações na ordem urbana*, pp. 77-108.

Carvalho, I. M., & Pereira, G. C. (2014). Estrutura social e organização social do território na Região Metropolitana de Salvador. *Salvador: Transformações na ordem urbana*, pp. 109-140.

Cloux, R. F. (2008). *MSTS/MSTB: A trajetória do movimento dos sem teto de Savador/Bahia.* Salvador: Kawo-Kabiyesile.

Correio, J. (12 de Dezembro de 2016). *Prefeito ACM Neto lança projeto para revitalizar imóveis abandonados*. Fonte: Website do Jornal Correio: http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/prefeito-acm-neto-lanca-projeto-para-revitalizar-imoveis-abandonados/?cHash=575f20cb292073dffea7ee7fb3f4a467

Costa, V. C. (Junho de 2013). O Recife nas rotas do Atlântico negro: Tráfico, escravidão e identidades no oitocentos. *Revista de História Comparada*, pp. 186-217.

Fernandes, A., & Gomes, M. A. (1993). O Passado tem Futuro? Os (Des)Caminhos da Requalificação do Pelourinho. *V Encontro Nacional da ANPUR*, pp. 95-109.

Fernandes, F. (2005). *A revolução burguesa no Brasil.* São Paulo: Globo.

Fernandes, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo: Editora Globo.

Fix, M. (2011). *Financeirização e transformações recentes no circuito imbobiliário no Brasil.* Campinas: Tese de doutorado. Instituto de Economia - Unicamp.

Georges, I., Rizek, C., & Ceballos, M. (2014). As políticas sociais brasileiras - O que há de novo? *Caderno CRH*, 457-461.

Harvey, D. (2005a). *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: ANNABLUME.

Harvey, D. (2005b). *O novo imperialismo.* São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, D. (2008a). *Condição pós-moderna.* São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, D. (2008b). The right to the city. *New Left Review*, 23-40.

Harvey, D. (2015). *Os limites do capital.* São Paulo: Boitempo.

IBGE. (2010). *Censo 2010.* Acesso em 23/07/2017: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE. (2017). *Pesquisa Mensal de Emprego.* Acesso em 23/07/2017: SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Kowarick, L. (1979). *A espoliação urbana.* São Paulo: Paz e Terra.

Lefevbre, H. (2001). *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro.

Lênin, V. (2012). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo.* São Paulo: Expressão Popular.

Maricato, E. (Jan/Abr de 2011). Metrópoles desgovernadas. *Revista Estudos Avançados*, pp. 7-22.

Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana.* São Paulo: Expressão Popular.

Márquez, R., & Lima, A. N. (2015). A multiplicidade de regulação no interior das ocupações urbanas de Salvador, Bahia: Questionando alguns esquemas dicotômicos. *Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul*, pp. 373-384.

Marx, K. (1967). *O capital.* Nova Iorque.

Marx, K. (2013). *O capital Livro 1.* São Paulo: Boitempo.

Mourad, L., Figueiredo, G. C., & Baltrusis, N. (2014). Gentrificação no Bairro 2 de Julho em Salvador: modos, formas e conteúdos. *Cadernos Metrópole*, pp. 437-459.

Oliveira, F. d. (1973). *Crítica à razão dualista.* São Paulo.

Oliveira, F. d. (2003). O ornitorrinco. *New Left Review*.

Oliveira, F. d. (Outubro de 2012). Jeitinho Jeitão. *Revista Piauí*, http://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao/.

Paulani, L. M. (2016). Acumulação e rentismo: regatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, pp. 514-535.

Pereira, G. C. (2014). Organização social do território e formas de provisão de moradia. *Salvador: Transformações na ordem urbana*, pp. 141-173.

Poole, D., & Das, V. (2004). *Anthopology in the margins of the state.* Oxford: School of American Research Press.

Rancière, J. (1996). *O desentendimento.* São Paulo: Editora 34.

Rizek, C. (2017). Ainda sobre números. *mimeo*.

Rizek, C. S., Amore, C. S., & Camargo, C. M. (2014). Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida "entidades". *Caderno CRH*, 531-545.

Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares.* São Paulo: Boitempo.

Sabadini, M. d. (2013). Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. *Economia e Sociedade*, pp. 583-608.

Santos, C. R., & Sanfelici, D. (2015). Caminhos da produção financeirizada do espaço urbano: A versão brasileira como contraponto a um modelo. *Cidades*, 4-34.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço.* São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2008a). *O centro da cidade do Salvador.* São Paulo/Salvador: Edusp/Edufba.

Santos, M. (2008b). *O espaço dividido.* São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2009). *Pobreza urbana.* São Paulo: Edusp.

Shimbo, L. (2012). *Habitação social de mercado.* Belo Horizonte: C/Arte.

Silva, C. H. (2009). Espaço público político e urbanidade. Tese de Doutorado. Salvador, Bahia, Brasil.

Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo.* São Paulo: Companhia das Letras.

Singer, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos*, 43-71.

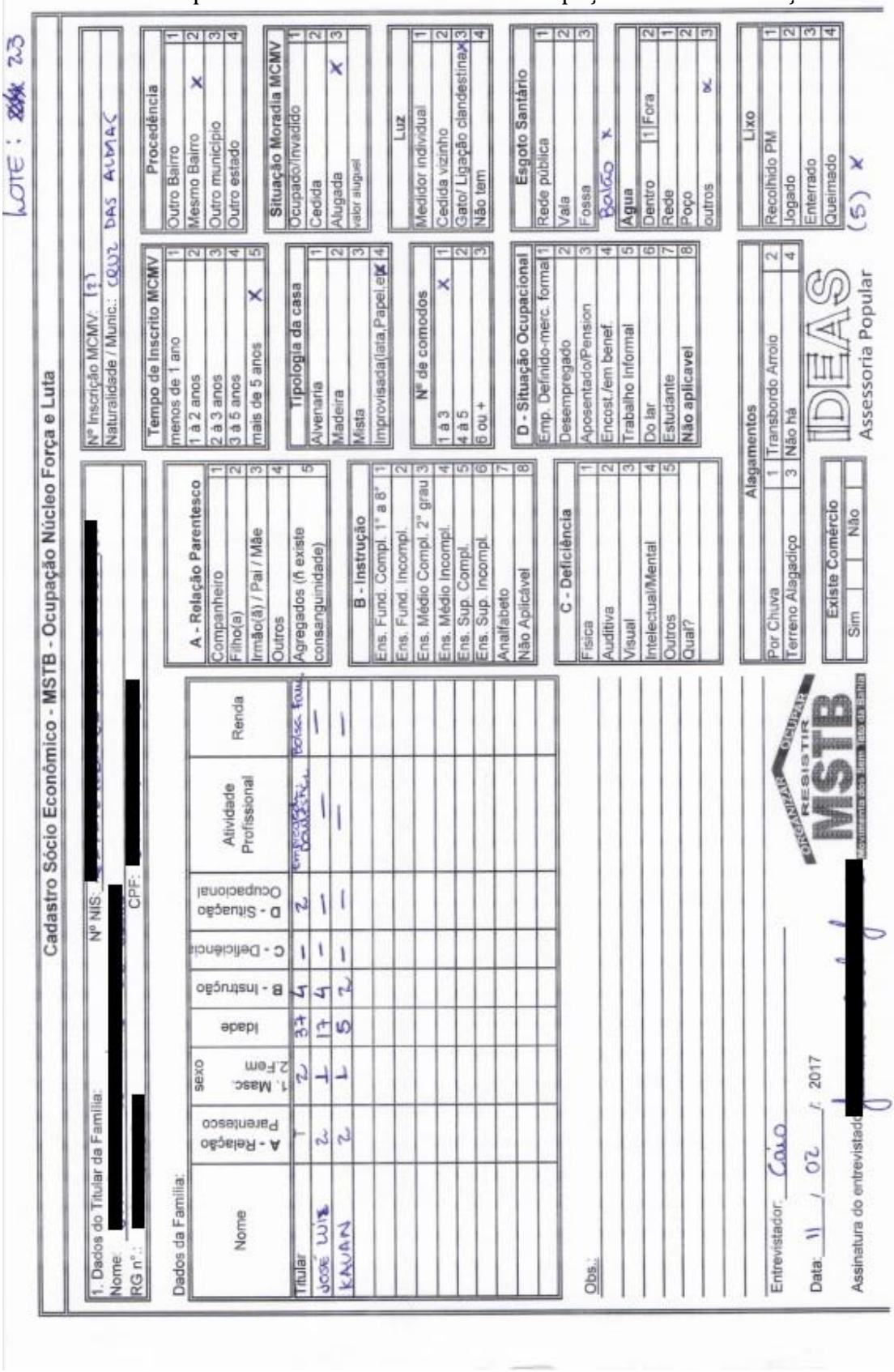
Singer, P. (1981). *Dominação e desigualdade.* São Paulo: Paz e Terra.

Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012 - A cor dos homicídios no Brasil.* Brasília: Njobs Comunicação.

Waiselfisz, J. J. (2014). *Os jovens no Brasil - Mapa da violência 2014.* Brasília: Njobs Comunicação.

Apêndice

APÊNDICE A - Cópia de uma ficha cadastral da Ocupação do Núcleo Força e Luta



LOTE: 23

Cadastro Sócio Econômico - MSTB - Ocupação Núcleo Força e Luta

1. Dados do Titular da Família:
Nome: [redacted]
RG n°: [redacted] CPF: [redacted]

Nº Inscrição MCMV: (?)
Naturalidade / Munic.: CRUZ DAS ALMAS

Dados da Família:

Nome	A - Relação Parentesco	sexo (1. Masc. / 2. Fem)	Idade	B - Instrução	C - Deficiência	D - Situação Ocupacional	Atividade Profissional	Renda
Titular	1	2	37	4	1	2	[illegible]	Bolsa Fam.
JOSÉ LUIS	2	1	17	4	1	1	—	—
KAUAN	2	1	5	2	1	1	—	—

Obs.:

Entrevistador: Caio
Data: 11 / 02 / 2017
Assinatura do entrevistado: [redacted]

Tempo de Inscrito MCMV: menos de 1 ano (1); 1 à 2 anos (2); 2 à 3 anos (3); 3 à 5 anos (4); mais de 5 anos (5) X

Procedência: Outro Bairro (1); Mesmo Bairro (2) X; Outro município (3); Outro estado (4)

Situação Moradia MCMV: Ocupado/Invadido (1); Cedida (2); Alugada (3) X; valor aluguel

Tipologia da casa: Alvenaria (1); Madeira (2); Mista (3); Improvisada(lata,Papel,etc) (4) X

Luz: Medidor individual (1); Cedida vizinho (2); Gato/ Ligação clandestina (3) X; Não tem (4)

Nº de comodos: 1 à 3 (1) X; 4 à 5 (2); 6 ou + (3)

Esgoto Sanitário: Rede pública (1); Vala (2); Fossa (3) Bolão X

D - Situação Ocupacional: Emp. Definido-merc. formal (1); Desempregado (2); Aposentado/Pension (3); Encost./em benef. (4); Trabalho informal (5); Do lar (6); Estudante (7); Não aplicavel (8)

Agua: Dentro (1); Fora (2); Rede (1); Poço (2); outros (3) X

A - Relação Parentesco: Companheiro (1); Filho(a) (2); Irmão(ã) / Pai / Mãe (3); Outros (4); Agregados (ñ existe consanguinidade) (5)

B - Instrução: Ens. Fund. Compl. 1° a 8° (1); Ens. Fund. Incompl. (2); Ens. Médio Compl. 2° grau (3); Ens. Médio Incompl. (4); Ens. Sup. Compl. (5); Ens. Sup. Incompl. (6); Analfabeto (7); Não Aplicável (8)

C - Deficiência: Física (1); Auditiva (2); Visual (3); Intelectual/Mental (4); Outros (5); Qual?

Alagamentos: Por Chuva (1); Transbordo Arroio (2); Terreno Alagadiço (3); Não há (4)

Lixo: Recolhido PM (1); Jogado (2); Enterrado (3); Queimado (4) (5) X

Existe Comércio: Sim; Não

ORGANIZAR REGISTRAR MSTB

IDEAS Assessoria Popular